



SUZANO
PAPEL E CELULOSE

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55

NIRE 29.300.016.331

ITEM 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos, assim como acesso a diferentes fontes de financiamentos para complementar seu plano de expansão.

Nos exercícios de 2009, 2008 e 2007, a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido recorde de R\$ 877,9 milhões, prejuízo líquido de R\$ 451,3 milhões e lucro líquido de R\$ 536,6 milhões. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente de R\$ 1.020,7 milhões, R\$ 1.469,2 milhões e R\$ 1.034,3 milhões nos mesmos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia. A aparente contradição dos números de lucro e EBITDA é explicada pela variação da taxa de câmbio (vide itens "10.2.b. / c." abaixo para maiores explicações).

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item "10.1.b" abaixo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido consolidado da Companhia, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$ 4.383,8 milhões, representando um acréscimo de 17,3%, ou R\$ 647,1 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2008 e em linha com o montante de R\$ 4.374,7 milhões registrado em 2007. A diferença em relação ao ano de 2008 é explicada, em sua maior parte, pelo lucro de R\$ 877,9 milhões no exercício de 2009, sendo R\$ 230,8 milhões distribuídos na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Por outro lado, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 451,3 milhões no exercício de 2008, o que ocasionou a oscilação negativa daquele ano.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 2.533,3 milhões. Na mesma data, a dívida líquida consolidada totalizava R\$ 3.965,8 milhões e o EBITDA do ano foi de R\$ 1.020,7 milhões. Ao longo do exercício de 2009, a Companhia reduziu seu endividamento líquido em R\$ 1.493,2 milhões. Apesar dessa significativa redução, o EBITDA da Companhia apresentou redução proporcionalmente maior, devido ao arrefecimento da demanda e redução geral de preços em função da crise financeira internacional, fazendo com que a relação dívida líquida / EBITDA no encerramento do exercício de 2009 fosse de 3,9, em comparação a 3,7 no encerramento do exercício de 2008 e 4,2 ao fim de 2007, considerados os efeitos das Leis 11.638/07 e 11.941/09.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de captação de recursos e gestão de caixa da Companhia é orientada pelo conceito de "horizonte de liquidez", que fornece a medida de tempo durante o qual os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional estimada em condições desfavoráveis de mercado, são capazes de suportar o pagamento de todas as obrigações contratadas para o período, incluindo todas as amortizações de principal e juros de financiamentos.

Pelo exposto, a Diretoria acredita que os recursos existentes e a geração de caixa operacional serão suficientes para cobrir os investimentos, serviço da dívida e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não exista garantia de que tal situação permanecerá inalterada. A Companhia tem acesso aos mercados de capitais e de financiamentos, o que assegura as condições de continuidade de seus projetos no novo ciclo de crescimento.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro da Companhia e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de disponibilidades de caixa em nível que a Companhia acredita apropriado para o desempenho de suas atividades e planos de expansão. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item "10.1.f." abaixo.

O financiamento de capital de giro é baseado em operações de financiamento de exportações, que oferecem custos mais baixos e prazos mais longos do que os disponíveis no mercado local e ainda permitem o casamento dos fluxos de recebimentos de exportações com os fluxos de pagamentos destes financiamentos, trazendo como vantagem adicional a proteção dos recebíveis de exportações contra o risco de variação cambial.

Para o financiamento de projetos, a Companhia contrata, preferencialmente, empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras instituições públicas de financiamento, como Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que oferecem custos mais vantajosos e prazos de pagamentos de juros e principal compatíveis com os fluxos de retornos dos projetos, de modo a evitar que sua implementação pressione a capacidade de pagamentos da Companhia.

A Companhia possui também duas emissões de debêntures, divididas em duas séries cada uma. O montante total remanescente dessas emissões era de R\$ 799,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, conforme detalhado no item "10.1.f abaixo".

A Companhia mantém, ainda, contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a:

i) Equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose, localizados nas cidades de Suzano-SP, Limeira-SP e Mucuri-BA. Esses contratos são denominados em Dólares Norte-americanos e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final dos prazos de arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por preços substancialmente inferiores aos seus valores justos; e

ii) Equipamentos de informática e serviços de instalação. Esses contratos foram celebrados em Reais e possuem cláusulas de opção de compra dos ativos ao final de 5 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo.

A administração possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui alto nível de liquidez, geração de caixa consistente e amplo acesso ao mercado de capitais, conforme apontado nos itens "10.1.a." e "10.1.b." acima. Isso garante, como apontado no item "10.1.c." acima, o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos no novo ciclo de crescimento. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2009 pela Companhia para capital de giro e para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens "10.1.d." e "10.1. f." deste Formulário de Referência.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

Financiamentos e Empréstimos

Os financiamentos e empréstimos da Companhia, em 31 de dezembro de 2009, comparados às posições de 31 de dezembro de 2008 e 2007, apresentavam as seguintes fontes (em milhares de Reais):

Indexador	Taxa média anual de juros em dez/09	Controladora			Consolidado			
		2009	2008	2007	2009	2008	2007	
Imobilizado:								
BNDES - Finem	TJLP (1) (2) (3)	8,39%	1.811.753	1.808.300	1.640.285	1.876.437	1.889.498	1.725.360
BNDES - Finem	Cesta de moedas (2) (3)	6,44%	286.137	374.815	264.023	286.137	374.815	264.023
BNDES - Finame	TJLP (1) (3)	7,02%	9.637	10.909	19.069	9.637	10.909	19.183
BNDES - Finame	Cesta de moedas	7,05%	120	229	175	120	229	175
BNDES - Automático	TJLP (1) (3)	9,30%	4.622	6.444	7.769	4.622	6.444	49.195
BNDES - Automático	Cesta de moedas	6,83%	477	890	742	477	890	6.014
FNE - BNB	Taxa pré-fixada	8,50%	147.921	157.408	132.822	147.921	157.408	132.822
FINEP	TJLP	5,12%	14.599	7.636	10.878	14.599	7.636	10.878
Crédito Rural	Taxa fixa + CDI	6,85%	22.321	21.328	10.716	22.321	21.328	10.716
Arrendamento financeiro mercantil	CDI + US\$	9,51%	77.136	93.110	32.943	77.136	93.110	87.548
Capital de giro:								
Financiamentos de exportações	US\$ (4)	3,57%	2.192.358	3.148.259	1.814.147	2.280.195	3.148.259	1.960.565
Financiamentos de Importações	US\$ (5)	2,22%	258.369	404.055	319.738	346.755	522.610	339.544
Nordic Investment Bank	US\$ (6)	5,74%	87.572	118.130	90.146	87.572	118.130	90.146
Nota de crédito de exportação	CDI	7,67%	382.836	374.615	224.294	382.836	374.615	224.294
Nota de crédito de exportação	US\$	6,65%	53.867	70.110	53.139	53.867	70.110	53.139
BNDES - EXIM	TJLP (1)	9,54%	100.792	-	-	100.792	-	-
Outros			743	2.111	5.703	7.905	2.134	5.733
			5.451.260	6.598.349	4.626.589	5.699.329	6.798.125	4.979.335
Parcela circulante (inclui juros a pagar)			1.268.002	1.690.813	608.226	1.287.752	1.703.942	712.321
Parcela não circulante			4.183.258	4.907.536	4.018.363	4.411.577	5.094.183	4.267.014

(1) Contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atrelados à TJLP, divulgada pelo Banco Central. O custo financeiro destas operações obedece ao regime de capitalização por juros compostos, sendo a parcela em TJLP que excede a 6% a.a. capitalizada ao saldo devedor, acrescida de um *spread* básico (estabelecido de acordo com as Políticas Operacionais do Sistema BNDES) e de um *spread* de risco.

(2) Em 3 de fevereiro de 2006, a Companhia celebrou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 05.2.0994.1, com saldo devedor de R\$ 1.639,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, destinado ao financiamento de parte do Projeto Mucuri. O crédito foi disponibilizado parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado. Este contrato possui garantia hipotecária.

(3) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais e florestais; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (v) aval de acionistas e (vi) fiança bancária.

(4) Em relação às operações de financiamentos de exportações, não existe nenhum contrato com relevância individual, sendo que nenhum dos contratos existentes possui cláusulas que determinem níveis máximos de endividamento ou de alavancagem. Estes contratos possuem garantias quirográficas. Até 31 de dezembro de 2009, todas as obrigações relativas aos financiamentos de exportações encontravam-se devidamente cumpridas.

(5) Em outubro de 2006, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto aos Bancos BNP Paribas e Société Générale, na proporção de 50% para cada um, no valor total de US\$ 150,0 milhões, com o objetivo de financiar equipamentos importados para o Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva dos bancos para o aumento, no exercício de 2009, do limite para a razão entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA Consolidado. Até 31 de dezembro de 2009, todas as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem haviam sido cumpridas.

(6) Em novembro de 2006, a Companhia celebrou com o Nordic Investment Bank, o Contrato de Abertura de Linha de Crédito (*Credit Facility Agreement*), no valor de até US\$ 50,0 milhões, para financiar equipamentos e mão-de-obra especializada

relacionados ao Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva do banco para o aumento, no exercício de 2009, do limite para a razão entre Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA Consolidado. Até 31 de dezembro de 2009, todas as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem haviam sido cumpridas.

Debêntures

Conforme mencionado no item “10.1.d.” acima, a Companhia possui duas emissões de debêntures detalhadas abaixo (em milhares de Reais):

Emissão	Série	Quantidade	2009			2008			Indexador	Juros	Resgate	Fontes Financiamento
			Circulante	Não circulante	Circulante e não circulante	Circulante e não circulante	Circulante e não circulante					
3 ^a	1 ^a	333.000	29.362	426.577	455.939	459.624	388.609	IGP-M	10%*	1/4/2014	Público mercado local	
3 ^a	2 ^a	167.000	904	95.765	96.669	130.842	104.527	USD	9,85%	7/5/2019	Banco Votorantim	
4 ^a	1 ^a	79.735	27.889	54.659	82.548	82.399	85.648	TJLP	2,50%	1/12/2012	Minoritários / Bndespar	
4 ^a	2 ^a	159.471	55.592	108.962	164.554	164.054	166.736	TJLP	2,50%	1/12/2012	Minoritários / Bndespar	
			<u>113.747</u>	<u>685.963</u>	<u>799.710</u>	<u>836.919</u>	<u>745.520</u>					

* O papel foi emitido com deságio no montante de R\$ 38.278, integralmente incorporado ao valor das respectivas debêntures, o que alterou a taxa de juros efetiva da operação, de 8%a.a. para 10%a.a.

Debêntures da 3^a emissão

A 3^a emissão, efetuada em agosto de 2004, no valor de R\$ 500,0 milhões é composta de duas séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$ 333,0 milhões e a segunda no montante de R\$ 167,0 milhões, ambas com prazo de vencimento em 2014, em parcela única. A primeira série, ofertada ao mercado local tem remuneração pelo IGP-M mais cupom de 8% a.a., pagáveis anualmente, e foi precificada utilizando conceitos referidos na Instrução CVM nº 404, com ofertas de ágio ou deságio sobre o preço de emissão. A segunda série, não ofertada ao mercado, foi integralmente absorvida pelo Banco Votorantim.

Em Assembléia Geral de Debenturistas realizada em 22 de maio de 2007, foram homologadas: (i) a alteração do prazo de vencimento das Debêntures da 2^a Série, que antes era de 10 anos com vencimento em 01/04/2014, passando a vigorar o prazo de 15 anos com vencimento em 07/05/2019 e (ii) a alteração dos juros remuneratórios das Debêntures da 2^a Série, que até 22/05/2007 eram de 10,38% a.a. e passaram, a partir dessa data e até o vencimento, para 9,85% a.a..

As debêntures da 3^a emissão possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações contábeis e informações trimestrais consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições contratuais.

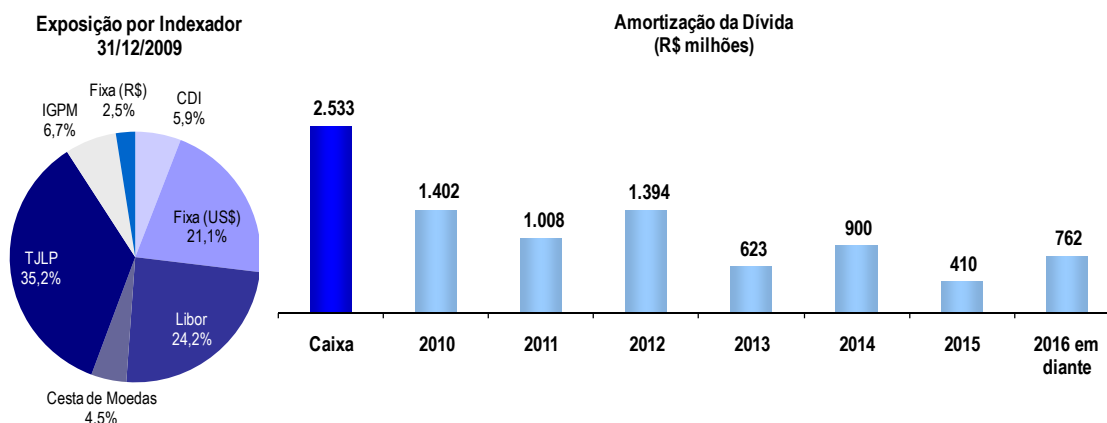
Debêntures da 4^a emissão

A 4^a emissão foi efetuada em agosto de 2006, com data de emissão em 01 de dezembro de 2005, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$ 80,0 milhões e a segunda no valor nominal de R\$ 160,0 milhões, ambas conversíveis em ações, para colocação em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas. Foram subscritas pelos acionistas minoritários R\$ 18,1 milhões nominais e o restante, no valor de R\$ 221,9 nominais, foram subscritos pelo BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR, consoante contrato firmado com essa subsidiária do BNDES. As debêntures da 4^a emissão têm vencimento final em dezembro de 2012, sendo amortizáveis em três parcelas anuais, após carência de quatro anos, nas datas de 1^o de dezembro de 2010, 2011 e 2012. Os juros anuais são de 2,5% a.a. mais TJLP (até 6%), pagáveis semestralmente nos dias 1^o dos meses de junho e dezembro de cada ano. O percentual de TJLP excedente a 6% a.a. será capitalizado para amortização juntamente com o principal. As debêntures serão conversíveis em ações, a qualquer momento a critério do titular, pelo preço de R\$ 17,30 por ação, a partir de 01/01/2007. Para as ações ordinárias resultantes da conversão, o BNDESPAR se obriga a vender e o acionista controlador da Companhia se obriga a comprar tais ações, pelo mesmo preço de conversão mais juros calculados entre a data de conversão e o efetivo pagamento.

As debêntures da 4^a emissão possuem cláusulas contratuais restritivas, não financeiras, que se não cumpridas têm o efeito de tornar a dívida exigível à vista. Em 31 de dezembro de 2009, essas cláusulas contratuais haviam sido totalmente cumpridas.

Amortizações

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de dezembro de 2009, assim como a exposição do endividamento da Companhia por indexadores são apresentados abaixo:



g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2009, havia apenas um contrato de financiamento vigente com saldo pendente de desembolso e com limites de utilização. O contrato em questão trata-se do Contrato de Abertura de Limite de Crédito junto ao BNDES, conforme abaixo explanado:

Agente Financeiro	Contrato	Financiamento	Desembolsos Realizados		Saldo a Desembolsar	
			Valor	(%)	Valor	(%)
BNDES	CALC - Contrato de Abertura de Limite de Crédito	R\$ 705 milhões	R\$ 128,5 milhões	18%	R\$ 576,5 milhões	82%

Data base: 31/12/2009

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise Comparativa dos Resultados – Exercícios 2009 / 2008

Receita Líquida

Em 2009, a receita líquida alcançou R\$ 3.952,7 milhões, 2,7% inferior àquela registrada em 2008, devido ao arrefecimento da demanda e redução geral de preços em função da crise financeira internacional. Neste período, alcançou-se volume recorde de vendas de celulose: 1,8 milhão de toneladas, resultando em um aumento de 34,8% em relação a 2008 e 1,1 milhão de toneladas de papel, refletindo, neste item em uma redução de 4,0% em relação ao ano anterior.

A participação das vendas para o mercado externo na receita líquida total em 2009 foi de 58,1% ou R\$ 2,3 bilhões, em comparação à participação de 54,5% registrada em 2008.

A receita proveniente das vendas de celulose alcançou, aproximadamente, 40,7% da receita total de 2009 e a receita das vendas de papel representou 59,3%, sendo 39,6% relativos a papéis para imprimir e escrever não revestidos, 12,9% a

papelcartão e 6,8% a papéis para imprimir e escrever revestidos.

O preço médio líquido de venda de celulose (mercado interno e externo) em 2009 foi de R\$ 903,8 por tonelada, com redução de 22,5% em comparação a 2008. O preço médio líquido do papel (mercado interno e externo) foi de R\$ 2.100,8 por tonelada, apresentando uma redução de 3,3% em relação ao ano anterior. O preço líquido médio total (papel e celulose) em 2009 foi de R\$ 1.364,9 por tonelada, com redução de 16,6% em relação a 2008.

Custo dos Produtos Vendidos:

O custo dos produtos vendidos em 2009 foi de R\$ 3.043,1 milhões, 14,9% superior ao registrado em 2008. Este aumento se deve principalmente ao maior volume vendido de celulose, à alteração do *mix* de vendas e também ao impacto do câmbio nos custos, uma vez que cerca de 20% destes são denominados em Dólar. Entretanto, o CPV unitário em 2009 ficou em R\$ 1.050,8 / tonelada em comparação a R\$ 1.066,6 / tonelada, redução de 1,5% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas, com Vendas e Outras Despesas / Receitas Operacionais

As despesas administrativas e com vendas totalizaram R\$ 389,3 milhões em 2009, representando um decréscimo de 13,9% em relação a 2008, principalmente em função de (i) redução de gastos com pessoal e serviços de terceiros; e (ii) queda de despesas logísticas, aluguel de máquinas, equipamentos e outros. As outras receitas líquidas operacionais em 2009 foram de R\$ 15,3 milhões, comparadas a R\$ 53,4 milhões registradas em 2008.

EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 1.020,7 milhões em 2009, 30,5% inferior à registrada em 2008. Esta queda deveu-se principalmente à queda de preços de celulose no mercado externo e interno, queda de preços de papel no mercado externo, e também à queda das vendas no mercado interno de papel. A margem EBITDA em 2009 alcançou 25,8%, 10,4 p.p. abaixo daquela verificada em 2008.

Lucro (Prejuízo) Líquido

O lucro líquido de 2009 alcançou o montante recorde de R\$ 877,9 milhões em comparação a um prejuízo de R\$ 451,3 milhões no ano anterior, ambos influenciados pela variação cambial.

Em 2009, o ganho líquido com variações cambiais e monetárias atingiu o montante de R\$ 893,1 milhões, em comparação a uma despesa líquida de R\$ 1.032,8 milhões, em 2008. O resultado de variações monetárias e cambiais decorre do impacto destas variações sobre a parcela da dívida denominada em Dólares, devido à forte apreciação de 25,5% do Real frente ao Dólar em 2009 e depreciação de 31,9% em 2008, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos.

As demonstrações de 2009 também contemplam o efeito da adesão ao Programa de Parcelamento Fiscal (REFIS) para pagamento de diferenças de impostos relacionadas ao Plano Verão. O montante era de R\$ 108,2 milhões e, em dezembro de 2009, após adesão ao REFIS, referida dívida foi liquidada, à vista, por R\$ 65,1 milhões, sendo R\$ 33,5 milhões pagos através de compensação de prejuízo fiscal (baixa de Imposto de Renda diferido ativo classificado no ativo circulante) e R\$ 31,6 milhões pagos em dinheiro (baixa do caixa e equivalentes de caixa).

Também contribuiu para o lucro recorde do período a redução da despesa financeira líquida de R\$ 540,9 milhões em 2008 para R\$ 196,7 milhões em 2009.

Dívida

Em 31/12/2009, a dívida bruta da Companhia, incluindo debêntures, era de R\$ 6.499,0 milhões comparada a R\$ 7.635,0 milhões em 31/12/2008. A dívida em moeda estrangeira totalizou R\$ 3.181,1 milhões, em 31/12/2009, enquanto o montante

denominado em Reais foi de R\$ 3.317,9 milhões, ambas incluindo encargos e arrendamento financeiro mercantil. A dívida bruta, em 31/12/2009, era composta por 78,4% de vencimentos no longo prazo e 21,6% no curto prazo.

As disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo foram mantidas em nível elevado ao longo do ano e o exercício de 2009 foi encerrado com saldo de R\$ 2,5 bilhões, comparado a R\$ 2,2 bilhões em 2008.

Em 31/12/2009, a dívida líquida consolidada era de R\$ 3.965,8 milhões, em comparação aos R\$ 5.458,9 registrados ao final de 2008, e o EBITDA de 2009 foi de R\$ 1.020,7 milhões. Dessa forma, a relação dívida líquida / EBITDA foi de 3,9, comparado a 3,7 registrado no ano anterior.

A redução do endividamento deve-se, sobretudo, ao impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em Dólares, em função da forte valorização do Real (25,5%), no ano de 2009, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos e a redução de R\$ 437 milhões no capital de giro. No entanto, apesar da redução de 27,3%, ou R\$ 1,5 bilhão, no endividamento líquido da Companhia, o índice de endividamento não apresentou melhora em função da redução de 30,5% no montante do EBITDA de 2009, em comparação ao ano anterior.

Investimentos

Em 2009, foram investidos R\$ 658,7 milhões, 36,4% acima do valor investido em 2008. Os investimentos na manutenção da atual capacidade totalizaram R\$ 283,5 milhões, sendo R\$ 81,1 milhões na área industrial e R\$ 202,3 na área florestal. Foram investidos, ainda, R\$ 361,1 milhões em projetos de expansão no Maranhão e Piauí. Ao montante total, somam-se ainda R\$ 14,1 milhões de outros investimentos.

Análise Comparativa dos Resultados – Exercícios 2008 / 2007 (considerando ajustes da Lei 11.638/07)

Receita Líquida

Em 2008, a receita líquida da Companhia atingiu recorde de R\$ 4,1 bilhões, 19,2% superior ao exercício de 2007. Neste período foi registrado volume de vendas de celulose de 1,3 milhão de toneladas, 65,2% superior a 2007, devido aos novos volumes de produção oriundos da nova linha de Mucuri (Linha 2). Em 2008, a Companhia também alcançou recorde nas vendas de papel, cerca de 1,2 milhão de toneladas, 3,2% superior a 2007.

A participação das vendas para o mercado externo foi de 55,5% da receita líquida total, ou R\$ 2,2 bilhões, em comparação a 46,7% de participação registrada em 2007.

O preço médio líquido de venda de celulose (mercado interno e externo) em 2008 ficou praticamente em linha com 2007 (-0,2%), alcançando R\$ 1.165,5 por tonelada. O preço médio líquido do papel (mercado interno e externo) apresentou leve redução em 2008 em relação ao ano anterior (-0,5%), alcançando R\$ 2.173,4 por tonelada. O preço líquido médio total (papel e celulose) em 2008 foi de R\$ 1.637,2 por tonelada, representando uma redução de 7,6% em relação a 2007.

Custo dos Produtos Vendidos:

O custo dos produtos vendidos em 2008 foi de R\$ 2.647,2 milhões, 19,5% superior ao registrado em 2007. Este aumento se deve principalmente aos maiores volumes vendidos de celulose e papel. Entretanto, o CPV unitário em 2008 ficou em R\$ 1.066,6 / tonelada, em comparação a R\$ 1.151,2 / tonelada, representando uma redução de 7,3% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas, com Vendas e Outras Despesas/Receitas Operacionais

As despesas administrativas e com vendas totalizaram R\$ 452,3 milhões em 2008, representando um acréscimo de 6,4% em relação a 2007, principalmente em função de (i) aumento de gastos com pessoal, (ii) constituição de provisão para impostos, e

(iii) aumento de despesas logísticas. As outras despesas/receitas líquidas operacionais apresentaram resultado líquido positivo de R\$ 53,4 milhões em 2008, comparado a um resultado líquido negativo de R\$ 110,4 milhões em 2007.

EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

Um novo recorde de geração de caixa, medido pelo EBITDA, foi atingido em 2008: R\$ 1,5 bilhão, representando um aumento de 42,1% em comparação a 2007. A margem EBITDA, em 2008, alcançou 36,2%, ou 5,8 p.p acima da margem registrada em 2007.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Em 2008, a Companhia apresentou prejuízo líquido contábil de R\$ 451,3 milhões, em contrapartida ao lucro líquido de R\$ 536,6 milhões, registrado em 2007, impactado, principalmente, pelas despesas com variações cambiais e monetárias no valor de R\$ 1 bilhão. O resultado de variações monetárias e cambiais decorre do impacto destas variações sobre a parcela da dívida denominada em Dólares, devido à forte depreciação de 31,9% do Real frente ao Dólar em 2008, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos.

Dívida

Em 31 de dezembro de 2008, a dívida líquida consolidada era de R\$ 5,5 bilhões, em comparação aos R\$ 4,4 bilhões registrados em 2007, o que representou uma relação de 3,7 vezes a geração de caixa em 2008 (medida pelo EBITDA). Este aumento deve-se, sobretudo, ao impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em Dólares, em função da forte desvalorização do Real (31,9%), no ano de 2008, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos.

As disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo foram mantidas em nível elevado ao longo do ano e o exercício de 2008 foi encerrado com saldo robusto de R\$ 2,2 bilhões, comparado aos R\$ 1,3 bilhão registrados em 2007.

Entre os principais eventos que contribuíram para o aumento do endividamento nominal, além da já referida variação cambial sobre a dívida em Dólares, estão: (i) os desembolsos de R\$ 483 milhões para o pagamento de investimentos operacionais; e (ii) as despesas financeiras líquidas de R\$ 541 milhões. Por outro lado, contribuiu para a redução do endividamento o crescimento da geração de caixa no período que, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 1,5 bilhão.

Investimentos

Em 2008, foram investidos R\$ 483 milhões, dos quais cerca de 30% foram direcionados aos projetos de crescimento.

Demonstrações de resultados

Em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Consolidado			Variação	
	2009	2008	2007	2009 x 2008	2008 x 2007
Receita bruta de vendas	4.466.022	4.648.193	3.962.702	-3,9%	17,3%
Deduções de vendas	(513.276)	(584.597)	(553.034)	-12,2%	5,7%
Receita operacional líquida	3.952.746	4.063.596	3.409.668	-2,7%	19,2%
Custo dos produtos vendidos	(3.043.078)	(2.647.236)	(2.215.580)	15,0%	19,5%
Lucro bruto	909.668	1.416.360	1.194.088	-35,8%	18,6%
Despesas com vendas	(158.489)	(200.920)	(195.065)	-21,1%	3,0%
Despesas administrativas e gerais	(230.779)	(251.404)	(229.888)	-8,2%	9,4%
Despesas financeiras	572.022	(2.095.657)	87.069	-127,3%	-2506,9%
Receitas financeiras	124.378	521.960	150.163	-76,2%	247,6%
Equivalência patrimonial	-	(515)	(85)	-100,0%	505,9%
Amortização de ágios	-	(79.044)	(83.759)	-100,0%	-5,6%
Outras receitas operacionais	15.299	53.437	(110.426)	-71,4%	-148,4%
Lucro operacional	1.232.099	(635.783)	812.097	-293,8%	-178,3%
Imposto de renda e contribuição social	(354.167)	184.475	(275.496)	-292,0%	-167,0%
Lucro líquido do exercício	877.932	(451.308)	536.601	-294,5%	-184,1%

Nota: Em 2007, receitas de R\$ 17,5 milhões de outros produtos (sucata, materiais de informática e escritório) compõem a receita consolidada da Companhia. Neste período a Ripasa classificava estas vendas na Receita Bruta, enquanto a Companhia classificava em Outras Receitas Operacionais.

Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais – Exercícios 2009 / 2008

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 4.148,3 milhões, em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um saldo de R\$ 4.406,7 milhões em 31 de dezembro de 2008, o que representou uma redução de 5,9%. A participação do ativo circulante, em 31 de dezembro de 2009, representava 32,5% do total do ativo, em comparação a 34,0% em 31 de dezembro de 2008.

Essa redução ocorreu principalmente em virtude das seguintes alterações: (i) redução de 21,4%, ou R\$ 168,8 milhões, na rubrica de contas a receber e de uma redução de 31,3%, ou R\$ 275,9 milhões, na conta de estoques devido à venda de estoques, sendo R\$ 162,2 milhões referente ao estoque de celulose, R\$ 73,0 milhões de papel e R\$ 40,7 milhões de outros estoques; (ii) redução de R\$ 122,2 milhões, na conta de impostos e contribuições a compensar relacionado ao uso de compensações de impostos federais; e (iii) aumento de 16,4%, ou R\$ 357,0 milhões, na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, em função da venda de estoques e recebimento de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ativo Não Circulante - Realizável a longo prazo

O ativo não circulante – realizável a longo prazo era de R\$ 1.134,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 e de R\$ 1.165,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando uma redução de 2,7%, ou R\$ 31,4 milhões. A participação do ativo não circulante – realizável a longo prazo passou para 8,9% do total do ativo, em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um percentual de 9,0%, verificado em 31 de dezembro de 2008.

Permanente

O permanente era de R\$ 7.476,6 milhões, em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um saldo de R\$ 7.386,3 milhões registrado em 31 de dezembro de 2008, o que representou um aumento de 1,2% no ativo permanente, ou R\$ 90,3 milhões. A participação do permanente passou para 58,6% do total do ativo, em 31 de dezembro de 2009, em comparação a 57,0%, verificado em 31 de dezembro de 2008.

Este aumento ocorreu principalmente em função do aumento do imobilizado líquido de depreciação e exaustão durante o exercício de 2009, no valor de R\$ 173,6 milhões, e dos ativos reclassificados para disponíveis para a venda, no valor de R\$ 90,4 milhões.

Passivo Circulante

O passivo circulante era de R\$ 2.140,1 milhões, em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um saldo de R\$ 2.356,6 milhões, em 31 de dezembro de 2008, representando uma redução de 9,2%, ou R\$ 216,5 milhões. A participação do passivo circulante passou para 16,8% do total do passivo e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um percentual de 18,2%, em 31 de dezembro de 2008.

Este decréscimo ocorreu principalmente em virtude da redução de 24,4%, ou R\$ 416,2 milhões, no saldo da rubrica de financiamentos e empréstimos relacionados às variações monetárias e cambiais sobre dívidas denominadas em Dólares.

Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo

O passivo não circulante – exigível a longo prazo era de R\$ 6.235,1 milhões, em 31 de dezembro de 2009, em contrapartida a um saldo de R\$ 6.865,2 milhões, registrado em 31 de dezembro de 2008, o que representou uma redução de 9,2% do passivo não-circulante, ou R\$ 630,1 milhões. A participação do passivo não circulante passou para 48,9% do total do passivo e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um percentual de 53,0%, observado em 31 de dezembro de 2008.

Este decréscimo deveu-se fundamentalmente: (i) à redução de 13,4%, ou R\$ 682,6 milhões, na conta de financiamentos e empréstimos devido às variações monetárias e cambiais sobre dívidas denominadas em Dólares; (ii) à redução de 14,7%, ou R\$ 118,1 milhões, na conta de debêntures em função de transferência para o passivo circulante; e (iii) ao aumento referente à dívida com aquisição de terras e reflorestamento, no montante de R\$ 164,6 milhões.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 4.383,8 milhões, em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um saldo de R\$ 3.736,7 milhões, verificado em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de 17,3%, ou R\$ 647,1 milhões. A participação do patrimônio líquido passou para 34,4% do total do passivo e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2009, em comparação a um percentual de 28,8%, observado em 31 de dezembro de 2008.

Esse acréscimo deveu-se principalmente ao lucro do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando comparado ao prejuízo apresentado no mesmo período do ano anterior, havendo constituição de reservas de lucros no montante de R\$ 611,4 milhões, no ano de 2009.

Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais – Exercícios 2008 / 2007 (considerando ajustes da Lei 11.638/07)

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 4.406,7 milhões, em 31 de dezembro de 2008, em comparação a um saldo de R\$ 3.145,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, o que representou um aumento de 40,1% no ativo circulante. A participação do ativo circulante, em 31 de dezembro de 2008 representava 34,0% do total do ativo, em comparação a 27,2%, registrada em 31 de dezembro de 2007.

Esse aumento ocorreu principalmente em virtude das seguintes alterações: (i) aumento de 62,4%, ou R\$ 836,4 milhões, na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, em função de novas captações de financiamentos e empréstimos, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, em relação ao mesmo período do ano anterior; e (ii) aumento de 26,8%, ou R\$ 186,1 milhões, na conta de estoques devido a formação de estoques, atribuída ao arrefecimento da demanda, em função da desaceleração econômica global, sendo R\$ 160,9 milhões de celulose, R\$ 14,0 milhões de papel e R\$ 11,3 milhões de outros estoques.

Ativo Não Circulante - Realizável a longo prazo

O ativo não circulante – realizável a longo prazo era de R\$ 1.165,4 milhões, em 31 de dezembro de 2008, e de R\$ 935,0 milhões, em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de 24,7% no ativo não circulante, ou R\$ 230,5 milhões. A participação do ativo não circulante – realizável a longo prazo passou para 9,0% do total do ativo, em 31 de dezembro de 2008, em comparação a um percentual de 8,1%, verificado em 31 de dezembro de 2007.

Permanente

O permanente era de R\$ 7.386,3 milhões, em 31 de dezembro de 2008, em comparação a um saldo de R\$ 7.488,3 milhões, registrado em 31 de dezembro de 2007, o que representou uma redução de 1,4% no ativo permanente, ou R\$ 102,0 milhões. A participação do permanente passou para 57,0% do total do ativo, em 31 de dezembro de 2008, em comparação a 64,7%, verificado em 31 de dezembro de 2007. Este decréscimo ocorreu principalmente em função da redução do intangível, devido à amortização de ágios, realizada durante o exercício de 2008.

Passivo Circulante

O passivo circulante era de R\$ 2.356,6 milhões, em 31 de dezembro de 2008, em comparação a um saldo de R\$ 1.368,3 milhões, em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de 72,2% no passivo circulante, ou R\$ 988,3 milhões. A participação do passivo circulante passou para 18,2% do total do passivo e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2008, em comparação a um percentual de 11,8%, em 31 de dezembro de 2007.

Este acréscimo ocorreu principalmente em virtude do aumento de 139,2%, ou R\$ 991,6 milhões, no saldo da rubrica de financiamentos e empréstimos, devido às variações monetárias e cambiais sobre dívidas denominadas em Dólares e novas captações.

Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo

O passivo não circulante – exigível a longo prazo era de R\$ 6.865,2 milhões, em 31 de dezembro de 2008, em contrapartida a um saldo de R\$ 5.825,5 milhões, registrado em 31 de dezembro de 2007, o que representou um aumento de 17,8% no passivo não circulante, ou R\$ 1.039,8 milhões. A participação do passivo não circulante passou para 53,0% do total do passivo e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2008, em comparação ao percentual de 50,4%, observado em 31 de dezembro de 2007.

Este acréscimo deveu-se fundamentalmente: (i) ao aumento de 19,4%, ou R\$ 827,2 milhões, na conta de financiamentos e empréstimos devido às variações monetárias e cambiais sobre dívidas denominadas em Dólares e novas captações; e (ii) ao aumento de 13,3%, ou R\$ 94,6 milhões, na conta de debêntures em função de juros apropriados e atualizações monetárias e cambiais.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 3.736,7 milhões, em 31 de dezembro de 2008, em comparação a um saldo de R\$ 4.374,7 milhões, verificado em 31 de dezembro de 2007, representando uma redução de 14,6% no patrimônio líquido, ou R\$ 638,0 milhões. A participação do patrimônio líquido passou para 28,8% do total do passivo e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2008, em comparação a um percentual de 37,8%, observado em 31 de dezembro de 2007.

Esse decréscimo deve-se principalmente: (i) ao prejuízo acumulado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, quando comparado ao lucro apresentado no mesmo exercício do ano anterior; e (ii) à redução de reservas de capital de 47,0%, ou R\$ 186,7 milhões, devido à aquisição de ações próprias mantidas em tesouraria.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Variação	
	2009	2008	2007	2009 x 2008	2008 x 2007
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	2.533.285	2.176.312	1.339.920	16,4%	62,4%
Contas a receber de clientes	621.195	790.042	731.982	-21,4%	7,9%
Ganhos em operações com derivativos	12.961	16.939	17.308	-23,5%	-2,1%
Estoques	605.657	881.568	695.461	-31,3%	26,8%
Outras contas a receber	55.554	44.964	48.837	23,6%	-7,9%
Empresas relacionadas	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a compensar	238.825	361.025	263.570	-33,8%	37,0%
Impostos e contribuições diferidos	69.297	131.351	44.743	-47,2%	193,6%
Créditos a receber de precatório	6.162	-	-	-	-
Despesas antecipadas	5.319	4.509	3.292	18,0%	37,0%
Total Ativo Circulante	4.148.255	4.406.710	3.145.113	-5,9%	40,1%
Realizável a longo prazo					
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Ganhos em operações com derivativos	15.089	14.449	1.470	4,4%	882,9%
Impostos e contribuições a compensar	110.408	152.440	174.696	-27,6%	-12,7%
Impostos e contribuições diferidos	501.818	646.647	506.792	-22,4%	27,6%
Créditos com pessoas ligadas	-	-	563	-	-100,0%
Adiantamentos a fornecedores	243.480	215.632	173.472	12,9%	24,3%
Depósitos judiciais	64.969	92.366	26.431	-29,7%	249,5%
Bens disponíveis para venda	90.365	-	-	-	-
Créditos a receber de precatório	55.461	-	-	-	-
Outras contas a receber	52.483	43.902	51.519	19,5%	-14,8%
Total Realizável a longo prazo	1.134.073	1.165.436	934.943	-2,7%	24,7%
Permanente					
Investimentos	13.843	8.100	19.942	70,9%	-59,4%
Imobilizado	6.961.336	6.876.776	6.887.894	1,2%	-0,2%
Diferido	-	-	-	-	-
Intangível	501.462	501.457	580.501	0,0%	-13,6%
Total Permanente	7.476.641	7.386.333	7.488.337	1,2%	-1,4%
Total Ativo	12.758.969	12.958.479	11.568.393	-1,5%	12,0%
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	268.050	277.318	345.814	-3,3%	-19,8%
Financiamentos e empréstimos	1.287.752	1.703.942	712.321	-24,4%	139,2%
Debêntures	113.747	32.863	36.081	246,1%	-8,9%
Perdas em operações com derivativos	51.654	151.022	13.457	-65,8%	1022,3%
Remunerações e encargos	74.345	75.715	59.181	-1,8%	27,9%
Impostos e contribuições a recolher	42.938	36.812	51.948	16,6%	-29,1%
Impostos de renda e contribuição social	2.017	3.630	2.096	-44,4%	73,2%
Impostos e contribuições diferidos	19.743	19.474	26.685	1,4%	-27,0%
Contas a pagar	48.079	54.826	55.073	-12,3%	-0,4%
Dívidas aquis.ter.fazendas e reflorestamento	61.262	-	-	-	-
Dívidas com pessoas ligadas	-	521	504	-100,0%	3,4%
Dividendos a pagar	170.464	470	65.096	36168,9%	-99,3%
Total Passivo Circulante	2.140.051	2.356.593	1.368.256	-9,2%	72,2%
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	4.411.577	5.094.183	4.267.014	-13,4%	19,4%
Debêntures	685.963	804.056	709.439	-14,7%	13,3%
Perdas em operações com derivativos	25.727	54.398	4.674	-52,7%	1063,8%
Provisões	286.833	269.137	183.628	6,6%	46,6%
Contas a pagar	7.576	3.321	7.491	128,1%	-55,7%
Dívidas aquis.ter.fazendas e reflorestamento	164.565	-	-	-	-
Impostos de renda e contribuição social	14.107	13.200	12.071	6,9%	9,4%
Dívidas com pessoas ligadas	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos	625.939	623.350	620.060	0,4%	0,5%
Plano de remuneração baseado em ações	12.851	3.582	21.079	258,8%	-83,0%
Total Exigível a longo prazo	6.235.138	6.865.227	5.825.456	-9,2%	17,8%
Patrimônio líquido					
Capital social	2.054.430	2.054.430	2.054.427	0,0%	0,0%
Reservas de capital	246.147	210.432	397.150	17,0%	-47,0%
Reservas de lucros	2.083.203	1.471.797	1.923.104	41,5%	-23,5%
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Total Patrimônio Líquido	4.383.780	3.736.659	4.374.681	17,3%	-14,6%
Total do Passivo	12.758.969	12.958.479	11.568.393	-1,5%	12,0%

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia é uma empresa de base florestal posicionada como a segunda maior produtora global de celulose de eucalipto e uma das dez maiores de celulose de mercado, além de líder regional no mercado de papel. Dessa forma, o resultado da Companhia é oriundo, basicamente, da atuação em dois mercados distintos: celulose de mercado, vendida para empresas localizadas em 31 diferentes países, e papel, vendido para 86 países, cujo portfólio inclui quatro linhas de produtos: não revestidos, *cut size* ou papéis para escritório, revestidos e papelcartão. Juntas, elas utilizam cerca de 30 marcas, algumas das quais consagradas no mercado, como Report®, TpPremium®, Paperfect®, Alta Alvura®, Reciclato®, Pólen® e Supremo®.

Os principais fatores operacionais que compõem e afetam materialmente os resultados da Companhia são: nível de vendas (volume e receita por produto), destino das vendas (*mix* entre mercado nacional e diferentes regiões de exportação), participação de mercado e preços. Demais fatores exógenos, sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, são comentados no item "10.2.b" a seguir.

Vendas de Celulose

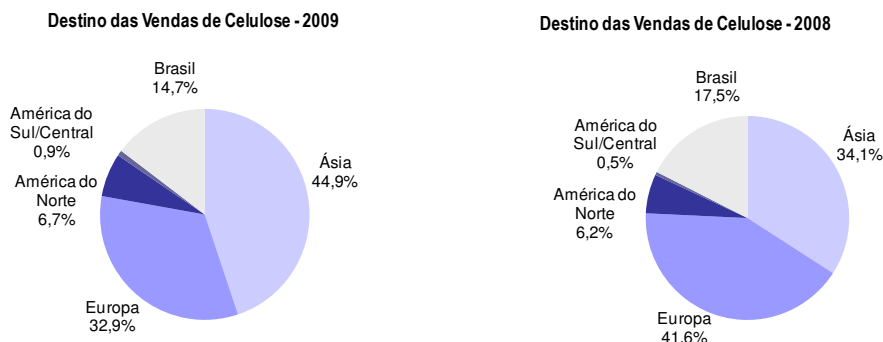
Nos exercícios sociais encerrados em 2007, 2008 e 2009, as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 27,4%, 37,9% e 40,7% da sua receita operacional líquida total. O volume de exportações representou 79,8%, 82,5% e 85,3% do volume total vendido de celulose nesses mesmos anos, tendo alcançado 1,5 milhão de toneladas em 2009, volume 39,6% superior às 1,1 milhão toneladas registradas em 2008 e 138,1% superior às 638,1 mil toneladas registradas em 2007, antes do início da operação da linha 2 de Mucuri.

Em 2009, buscou-se maior equilíbrio no *mix* de segmentos de papel atendidos pelas vendas de celulose de mercado da Companhia. As vendas para o segmento de imprimir e escrever diminuíram 4 p.p., chegando a 41% das vendas totais, mantendo-se como o principal segmento atendido pela Companhia. O segmento de *tissue*, ou papéis sanitários, aumentou sua participação em 1 p.p., alcançando 28% das vendas totais, sendo o segundo principal mercado, seguido por especialidades (19%) e outros (12%), que aumentaram sua representatividade em 5 p.p. e contemplam uma grande participação do segmento de embalagens de papelcartão.

Vendas totais de celulose	Exercício social encerrado		
	em 31 de dezembro de		
<i>(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)</i>	2009	2008	2007
Vendas da Companhia			
Volume de vendas no mercado interno	260.825	231.587	161.234
Volume de vendas no mercado externo	1.519.379	1.088.746	638.112
Volume total de vendas	1.780.204	1.320.333	799.346
Receita operacional líquida da Companhia (em R\$ milhares)			
Vendas no mercado interno	231.758	262.317	176.450
Vendas no mercado externo	1.377.116	1.276.531	757.453
Receita operacional líquida total	1.608.874	1.538.847	933.903

Destino das Vendas de Celulose

Em função da forte demanda na Ásia e redução no consumo de celulose nos mercados desenvolvidos, a distribuição das vendas por região da Companhia apresentou mudança proporcional à tendência observada no mercado. Assim, em 2009, a Ásia (44,9%) foi o principal destino das vendas, seguida pela Europa (32,9%), Brasil (14,7%), América do Norte (6,7%) e América do Sul/Central (0,9%).



Vendas de Papel

A Companhia vende seus produtos de papel no Brasil (53% em 2009) e no exterior (47% em 2009). Aproximadamente 27,3% dos papéis da Companhia são usados por convertedores, que os adquirem como insumo para seus produtos finais. Os mercados que a Companhia procura atender são grandes e muito competitivos. A Companhia tem mantido sua participação de mercado não obstante a concorrência crescente, ao mesmo tempo em que abre novos mercados e concentra seus esforços no segmento de maior valor agregado do mercado de papel para imprimir e escrever. Embora os preços sejam importantes nesses mercados, a Companhia entende que clientes com maior nível de exigência dão preferência ao seu produto, devido ao valor e à qualidade que os papéis da Companhia conferem aos seus produtos finais. Isto ocorre em todos os segmentos, desde cadernos e materiais não-promocionais, até segmentos mais sofisticados, como, por exemplo, materiais promocionais, embalagens para alimentos, embalagens de alta qualidade e livros de arte.

Nos exercícios sociais encerrados em 2007, 2008 e 2009, as vendas de papéis da Companhia representaram, respectivamente, 72,1%, 62,1% e 59,3% da sua receita operacional líquida total.

Papel para Imprimir e Escrever

Em 2007, 2008 e 2009, respectivamente, a Companhia vendeu 861,1 mil, 914,2 mil e 872,0 mil toneladas de papel para imprimir e escrever, incluindo 735,5 mil, 776,7 mil e 757,4 mil toneladas de papel não revestido e 125,6 mil, 137,5 mil e 114,6 mil toneladas de papel revestido.

Em 2007, 2008 e 2009, de acordo com a Bracelpa (desconsiderando importações), a Companhia detinha, respectivamente, participações (i) no mercado doméstico, de 31,8%, 30,8% e 29,8%, nos mercados de papel para imprimir e escrever não revestido e 38,1%, 40,8% e 38,1%, nos mercados de papel para imprimir e escrever revestido; e (ii) nas exportações brasileiras, de 46,7%, 52,2% e 45,5%, nos mercados de papel para imprimir e escrever não revestido e de 58,2%, 70,0% e 60,5%, nos mercados de papel para imprimir e escrever revestido.

As tabelas a seguir contêm as vendas domésticas de papéis da Companhia e exportações desses produtos, bem como informações relativas à suas participações em tais mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009:

Vendas totais de papel para imprimir e escrever não revestido <i>(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2007
Vendas da Companhia			
Volume de vendas no mercado interno	351.565	377.458	379.581
Volume de vendas no mercado externo	405.853	399.276	355.871
Volume total de vendas	757.418	776.734	735.452
Total do mercado brasileiro*			
Volume de vendas no mercado interno	1.180.171	1.227.303	1.195.374
Volume de vendas no mercado externo	891.766	764.586	761.816
Volume total de vendas	2.071.937	1.991.889	1.957.190
Participação da Companhia no mercado brasileiro			
% em relação às vendas no mercado interno	29,8%	30,8%	31,8%
% em relação às vendas no mercado externo	45,5%	52,2%	46,7%
% em relação às vendas totais	36,6%	39,0%	37,6%
Receita operacional líquida da Companhia (em R\$ milhares)			
Vendas no mercado interno	825.155	887.286	903.933
Vendas no mercado externo	739.068	753.330	667.195
Receita operacional líquida total	1.564.223	1.640.616	1.571.128

Fonte: Bracelpa e Companhia

Nota: *Volumes vendidos no mercado brasileiro. Não consideram importações.

Vendas totais de papel para imprimir e escrever revestido <i>(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2007
Vendas da Companhia			
Volume de vendas no mercado interno	97.946	119.450	102.545
Volume de vendas no mercado externo	16.670	18.021	23.070
Volume total de vendas	114.616	137.471	125.615
Total do mercado brasileiro*			
Volume de vendas no mercado interno	257.279	292.734	268.835
Volume de vendas no mercado externo	27.565	25.746	39.634
Volume total de vendas	284.844	318.480	308.469
Participação da Companhia no mercado brasileiro			
% em relação às vendas no mercado interno	38,1%	40,8%	38,1%
% em relação às vendas no mercado externo	60,5%	70,0%	58,2%
% em relação às vendas totais	40,2%	43,2%	40,7%
Receita operacional líquida da Companhia (em R\$ milhares)			
Vendas no mercado interno	242.774	283.083	257.378
Vendas no mercado externo	27.543	37.407	45.947
Receita operacional líquida total	270.317	320.490	303.325

Fonte: Bracelpa e Companhia.

Nota: * Volumes vendidos no mercado brasileiro. Não consideram importações.

Papelcartão

Em 2007, 2008 e 2009, respectivamente, a Companhia vendeu 264,2 mil, 247,4 mil e 243,7 mil toneladas de papelcartão, das quais 186,3 mil, 160,9 mil e 141,8 mil toneladas foram vendidas no mercado doméstico e 77,8 mil, 86,5 mil e 101,9 mil toneladas foram exportadas.

Neste segmento, de acordo com a Bracelpa (desconsiderando importações), a Companhia detém a liderança no mercado doméstico, com 28,0% de participação no volume total de 2009. Adicionalmente, suas exportações de papelcartão representaram 40,8% do volume total exportado pelo Brasil em 2009.

A tabela a seguir contém as vendas domésticas e exportações de papelcartão da Companhia, bem como informações sobre suas participações nestes mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009:

Vendas totais de papelcartão <i>(em toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2007
Vendas da Companhia			
Volume de vendas no mercado interno	141.808	160.899	186.343
Volume de vendas no mercado externo	101.877	86.549	77.848
Volume total de vendas	243.685	247.448	264.191
Total do mercado brasileiro*			
Volume de vendas no mercado interno	506.654	508.398	504.204
Volume de vendas no mercado externo	249.450	213.083	140.220
Volume total de vendas	756.104	721.481	644.424
Participação da Companhia no mercado brasileiro			
% em relação às vendas no mercado interno	28,0%	31,7%	37,0%
% em relação às vendas no mercado externo	40,8%	40,6%	55,5%
% em relação às vendas totais	32,2%	34,3%	41,0%
Receita operacional líquida da Companhia (em R\$ milhares)			
Vendas no mercado interno	357.745	416.941	459.697
Vendas no mercado externo	151.586	146.702	124.125
Receita operacional líquida total	509.331	563.643	583.822

Fonte: Bracelpa e Companhia

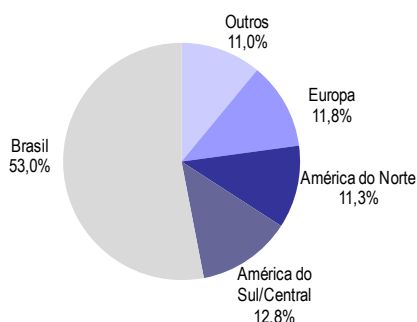
Notas: * Valores do mercado brasileiro não consideram importações.

A unidade de Limeira, que também produzia papelcartão, foi alienada em 2007.

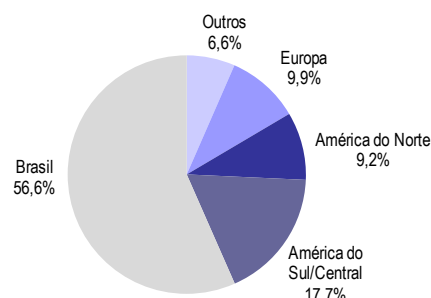
Destino das Vendas de Papel

Em função do arrefecimento da demanda doméstica em 2009, consequência da crise financeira internacional, foi direcionado maior volume de papel ao mercado externo. Os volumes de exportação atingiram 524,4 mil toneladas em 2009, em comparação a 503,8 mil toneladas em 2008 e 456,8 mil toneladas em 2007, representando um aumento de 4,1% e 14,8%, respectivamente, em relação a 2008 e 2007. As regiões para as quais a Companhia destinou suas vendas de papel estão apresentadas nos gráficos abaixo:

Destino das Vendas de Papel - 2009



Destino das Vendas de Papel - 2008



Preços

Celulose

O preço médio líquido de venda de celulose no mercado internacional foi de US\$ 453 / tonelada em 2009, comparado a US\$ 639 / tonelada em 2008 e US\$ 609 / tonelada em 2007. A redução de 29,1% em relação a 2008 decorre dos efeitos da crise financeira mundial iniciada no segundo semestre de 2008, que afetou fortemente todas as commodities. O preço líquido médio total de celulose (considerando mercado interno e mercado externo) em Reais foi de R\$ 904 / tonelada, 22,5% e 22,6% inferior ao praticado em 2008 e 2007, respectivamente, influenciado, em parte, pela desvalorização da moeda nacional em 8,9% em 2009 (câmbio médio).

Papel

O preço líquido médio de venda de papel em Reais foi de R\$ 2.101 / tonelada em 2009, apresentando uma queda de 3,3%, em comparação ao ano de 2008 e de 3,8% em comparação ao ano de 2007. No mercado interno o preço líquido médio de papel foi de R\$ 2.411 / tonelada, em linha com o ano de 2008 e 0,6% abaixo do registrado em 2007. O preço líquido médio no mercado externo atingiu US\$ 876 / tonelada, 13,6% abaixo de 2008. Em Reais, a redução do preço líquido médio foi parcialmente compensada pela desvalorização do Real em relação ao Dólar, e atingiu 5,9%.

O preço líquido médio de papéis para imprimir e escrever no mercado interno foi R\$ 2.376 ou 0,9% acima do registrado no ano de 2008 e 1,4% abaixo do registrado no ano de 2007. O preço líquido médio dos papéis não revestidos no mercado interno permaneceu estável em comparação a 2008 e apresentou redução de 1,4% em comparação a 2007. O preço líquido médio dos papéis revestidos no mercado interno foi 4,6% superior ao ano de 2008 e 1,2% inferior ao ano de 2007. O preço médio de papelcartão no mercado interno apresentou redução de 2,6% em 2009 com relação a 2008 e aumento de 2,3% com relação ao ano de 2007.

O preço líquido médio de papéis para imprimir e escrever no mercado externo foi R\$ 1.814 ou 4,3% e 3,6% abaixo do registrado nos anos de 2008 e 2007, respectivamente. O preço líquido médio dos papéis não revestidos no mercado externo apresentou redução de 3,5% e 2,9% em comparação aos anos de 2008 e 2007, respectivamente. O preço dos papéis revestidos, cujo volume exportado representou apenas 3,2% do total das vendas no mercado externo em 2009, foi 20,4% e 17,0% inferior aos mesmos períodos, enquanto no papelcartão o preço líquido médio de exportação apresentou redução de 12,2% e 6,7% em comparação aos anos de 2008 e 2007, respectivamente.

Durante o ano de 2009, o diferencial médio entre os preços de papel para imprimir e escrever (em bobinas no mercado externo) e o preço médio de celulose de mercado foi de US\$ 410/ tonelada (CIF Norte Europa), patamar superior ao da média histórica dos dez últimos anos (US\$ 231 / tonelada).

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Volatilidade dos preços internacionais

Considerando que nos exercícios sociais encerrados em 2007, 2008 e 2009, as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 27,4%, 37,9% e 40,7% da sua receita operacional líquida total, e que os preços deste produto são determinados pelo balanço de oferta e demanda no mercado internacional e estão fora do controle da Companhia, as flutuações de preços internacionais deste produto geraram impactos sobre a receita, o EBITDA e as margens operacionais da Companhia. Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados, embora com comportamento mais estável que os preços de celulose. As vendas de papel da Suzano destinadas para o Brasil e demais países da América do Sul e Central apresentaram participação nas vendas totais da Companhia em volume de 77,1%, 74,3% e 65,8%, respectivamente, nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

A Companhia acredita que as oscilações cíclicas dos preços de papel e celulose tendem a ser mais atenuadas em relação ao histórico devido a, principalmente: (i) movimentos para consolidação do setor; (ii) fluxo de informações *on-line*, com a disseminação mais rápida de notícias que afetam os preços; e (iii) produtores mais eficientes que substituem os produtores ineficientes com maior custo marginal. No entanto, a Companhia acredita que certa volatilidade dos preços ainda persiste, devido a vários fatores, inclusive: (a) fragmentação do setor ainda alta; (b) similaridades entre os produtos; (c) flutuações no câmbio entre as moedas de países importadores e exportadores de papel e celulose, como, por exemplo, Euro, Dólar, Yuan e Real; e (d) condições econômicas mundiais e nas diferentes regiões.

Cabe ressaltar que, devido à representatividade dos produtores brasileiros para a oferta de celulose, por um lado, e à importância dos preços de commodities para o resultado do balanço de pagamentos do Brasil, por outro, o preço em Dólares da celulose tem apresentado nos últimos anos forte correlação negativa com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar, o que vem garantido maior estabilidade para os preços em Reais da celulose e, portanto, menor volatilidade para o fluxo de caixa da Companhia.

Variação cambial entre o Real e o Dólar, taxa de juros, inflação e crescimento econômico

Os resultados das operações e a condição financeira da Companhia, tais como relatados em suas demonstrações financeiras, são significativamente afetados pela variação do Real frente ao Dólar e, em menor grau, pela taxa de inflação brasileira, taxa de juros e pela taxa de crescimento da economia brasileira.

Volatilidade do Real frente ao Dólar

A variação da cotação do Real frente ao Dólar teve e continuará a ter diversos efeitos na condição financeira consolidada da Companhia e em seu resultado operacional consolidado quando expressos em Reais, além de impactar suas receitas, despesas e ativos consolidados denominados em moeda estrangeira.

As receitas de vendas com exportações e, portanto, a geração de caixa operacional da Companhia, são direta e imediatamente afetadas pela variação da taxa média de câmbio entre o Real e Dólar. Como, em 2007, 2008 e 2009, a receita líquida oriunda de exportações denominadas em Dólares representou, respectivamente, 46,8%, 54,5% e 58,1% das receitas líquidas de vendas da Companhia, a depreciação do Real causa aumento de tais receitas quando expressas em Reais, enquanto que a apreciação do Real resulta em receitas de vendas com exportação mais baixas. As receitas no mercado doméstico são indiretamente influenciadas pela variação da taxa cambial, na medida em que os papéis importados, cotados em Dólares, ganham ou perdem competitividade no mercado doméstico dependendo da taxa de câmbio.

Os custos e despesas operacionais da Companhia, tais como despesas de seguros e fretes relacionadas às exportações e custos de produtos químicos utilizados como matéria-prima, entre outros, também são afetados pelas variações cambiais. Sendo assim, a depreciação do Real resulta em aumento de tais custos e despesas expressos em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta na queda de tais custos e despesas.

As contas patrimoniais consolidadas da Companhia indexadas em moeda estrangeira, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (incluindo debêntures), disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes do exterior, são diretamente e pontualmente afetadas pela taxa de câmbio no final de cada exercício.

A parcela dos empréstimos e financiamentos consolidados de curto e longo prazo (incluindo debêntures) da Companhia denominados em moeda estrangeira totalizava R\$ 3.181,1 milhões ou, aproximadamente, 48,9% do endividamento bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2009. Essa parcela é quase que na sua totalidade atrelada ao Dólar e, portanto, as variações da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar afetam diretamente o endividamento e os resultados da Companhia em cada final de exercício.

Inflação

A condição financeira e os resultados operacionais da Companhia também são afetados pela inflação. Seus custos e despesas, à exceção de algumas despesas denominadas em Dólares (tais como as relativas às vendas com exportação e compras de produtos químicos utilizados como matéria-prima) são na sua maioria incorridos em Reais e tendem a refletir os efeitos da inflação.

Taxas de Juros

A exposição a variações nas taxas de juros é primordialmente devida a:

- variações da taxa LIBOR, no que concerne a financiamentos denominados em Dólares; e
- variações na TJLP ou CDI, no que concerne a aplicações e financiamentos denominados em Reais.

A taxa de juros das aplicações financeiras da Companhia denominadas em Reais é baseada na taxa CDI. Os investimentos financeiros denominados em Dólares da Companhia estão sujeitos aos movimentos das taxas referenciadas aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos e títulos de renda fixa emitidos por empresas de primeira linha norte-americanas.

Taxa de Crescimento da Economia

Os resultados da Companhia tendem a ser diretamente impactados pelo nível de crescimento econômico internacional e doméstico. O crescimento econômico, expresso em termos da variação do Produto Interno Bruto (PIB), influencia, principalmente, o nível de demanda pelos produtos da Companhia e seu crescimento em relação aos períodos anteriores. Além disso, o aquecimento ou redução da demanda de mercado tendem a se refletir nos níveis de preços praticados pelo setor.

Capacidade e Volumes de Produção

Os resultados da Companhia também são afetados pela sua capacidade e volume de produção. Por exemplo, com a conclusão do projeto de crescimento da unidade Mucuri, por meio da construção de uma segunda linha de celulose para produção de 1,0 milhão de toneladas por ano, a Companhia alcançou produção recorde de celulose em 2008 e, posteriormente, em 2009, o que representou um aumento nas vendas de celulose da Companhia da ordem de 521,0 mil e 980,9 mil toneladas em 2008 e 2009, respectivamente, em comparação a 2007. Em junho de 2008 foi concluída a curva de aprendizado da Linha 2 com elevação da capacidade de produção de celulose de mercado da Companhia ao novo patamar de 1,8 milhão de toneladas/ano a partir de 2009.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme já apresentado no item 10.2.b. acima, fatores externos relacionados a oscilações de preços de mercado, variação cambial, taxa de juros, inflação e crescimento econômico, podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia.

Dessa forma, a Companhia possui políticas específicas, para mitigação das volatilidades de mercado, que buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não, aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da Companhia estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada a assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Suzano.

Por exemplo, no caso de uma depreciação do Real, como a ocorrida em 2008, dois efeitos são observados: (i) o primeiro, negativo e pontual, está relacionado à atualização do valor da exposição cambial líquida de balanço (saldo das contas ativas e passivas denominadas em moeda estrangeira incluindo, entre outros, os saldos da dívida bruta e do caixa denominados em Dólares, os estoques, contas a receber e a pagar em moeda estrangeira e o valor das posições em *swaps* de moedas para *hedge* da exposição cambial do fluxo de caixa); e (ii) o segundo, positivo e permanente, diz respeito à maior geração operacional de caixa decorrente do aumento das receitas de exportações denominadas em Dólares.

Dessa forma, a captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que mais de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares a custos mais competitivos do que os das linhas locais e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção adicional, são contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de um ano e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Além das operações de *hedge* cambial, são celebrados contratos para o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de *swap* entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros.

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição da Ripasa e constituição de Conpapel

Em 10 de novembro de 2004, a Companhia e a Votorantim Celulose e Papel S.A., antiga denominação de Fibria Celulose S.A., celebraram um acordo para a aquisição do controle acionário da Ripasa.

Em 31 de março de 2005, foi concretizada a aquisição do controle acionário da Ripasa por intermédio da Ripasa Participações S.A. (a seguir denominada "Ripar"), controlada em conjunto pela Companhia e a VCP, na qual foram adquiridas 129.676.966 ações ordinárias e 41.050.819 ações preferenciais, representando 77,59% do capital votante e 46,06% do capital total, pelo valor total de R\$ 1.484,2 milhões (equivalentes a US\$ 549,2 milhões naquela data).

Em 24 de maio de 2006, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a operação de incorporação de ações de emissão da Ripasa, detidas pelos acionistas não controladores, ao patrimônio da Ripar, ocasião em que os acionistas não controladores da Ripasa tornaram-se acionistas da Ripar, com base na relação de substituição estabelecida no protocolo e justificacão de incorporacão de açoes da Ripasa pela Ripar e de cisão total da Ripar.

Após a incorporacão de açoes da Ripasa pela Ripar, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia, VCP e Ripar, a cisão total da Ripar, com versão de seu patrimônio, em partes iguais, para a Companhia e a VCP, que implicou: (i) o aumento do capital de Suzano e VCP, com emissão de novas açoes, que foram distribuídas aos acionistas não controladores da Ripar, com base na relacão de substituição, divulgada em 5 de maio de 2006; e (ii) a extincão da Ripar.

Após a reestruturação societária descrita acima, a Companhia e a VCP passaram a deter 100% das açoes da Ripasa. A parte da Companhia correspondia a 50% das açoes da Ripasa, que equivalia a 83.563.025 açoes ordinárias e 101.759.330 açoes preferenciais, pelo valor total de R\$ 1.315,7 milhões dos quais R\$ 840,2 milhões referiam-se ao ágio da aquisicão.

Quando da aquisicão das açoes da Ripasa, em 31 de março de 2005, foi firmado o contrato de opçao de compra e venda com um dos três grupos de antigos acionistas controladores daquela sociedade ("Grupo de Antigos Controladores da Ripasa"), relativamente às açoes de sua participacão no capital da Ripasa. Em funçao da incorporacão das açoes da Ripasa na Ripar e posterior cisão da Ripar, com versão de seus ativos ao patrimônio da Companhia e da VCP, tal opçao, por parte da Companhia, passou a ser sobre 5.428.955 açoes ordinárias e 1.795.986 açoes preferenciais classe "A" de emissão da Companhia. Conforme disposto no contrato de opçao, o Grupo de Antigos Controladores da Ripasa teria a opçao de venda sobre 5.428.955 açoes ordinárias e 1.009.583 açoes preferenciais classe "A" de emissão da Companhia nos primeiros cinco anos e, no sexto ano do contrato, a Companhia passaria a ter a opçao de compra sobre essas açoes. Para o exercicio da opçao sobre 786.403 açoes preferenciais classe "A" de emissão da Companhia, dever ser aguardada a liberaçao do bloqueio de tais açoes pelo Banco Central do Brasil e, uma vez ocorrido tal evento, o grupo de Antigos Controladores da Ripasa terá 15 dias para o exercicio da opçao de venda, sendo que, após esse prazo, a Companhia poderá exercer a opçao de compra a qualquer tempo. O valor previsto para pagamento pela Companhia, na hipótese de exercicio da opçao de venda pelo Grupo de Antigos Controladores da Ripasa, era originalmente de R\$ 216,6 milhões, equivalente a US\$ 80 milhões, reajustado pela variaçao da SELIC, calculada de forma cumulativa, a partir de 01 de abril de 2005 até o efetivo pagamento e a transferéncia de propriedade dessas açoes.

Em 30 de março de 2007, a Companhia adquiriu a participacão de 50% que a VCP detinha na unidade de Embu da Ripasa, pelo valor de US\$ 20 milhões, equivalente a R\$ 41,1 milhões. A referida unidade foi incorporada pela Companhia em 31 de agosto de 2007.

Em 31 de julho de 2007, a Companhia e a VCP firmaram um Instrumento de Compra e Venda, por meio do qual transferiram suas participacões, nas unidades fabris da Ripasa de Cubatão e Limeira, à MD Papéis Ltda. Na data de fechamento da transacão, ocorrida em 1º de novembro de 2007, as referidas unidades foram alienadas por R\$ 122,0 milhões, cabendo a cada uma das vendedoras R\$ 61,0 milhões.

Em 3 de março de 2008, o Grupo de Antigos Controladores da Ripasa exerceu a opçao de venda de parte das suas açoes de emissão da Companhia, correspondente às 5.428.955 açoes ordinárias e 1.009.583 de suas açoes preferenciais classe "A". O exercicio desta opçao tornou obrigatória a aquisicão pela Companhia de açoes de sua própria emissão, para manutençao das mesmas em tesouraria.

Por conta dos termos contratuais dessa opçao e determinacões impostas pela Instruçao CVM nº 10 de 14 de fevereiro de 1980, a Companhia submeteu consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 26 de março de 2008 a fim de obter prévia autorizacão para proceder à aquisicão dessas açoes próprias e efetuar pagamento de valor a título de transacão com finalidade de prevenir litígrio, uma vez que a compra dar-se-ia a preços de mercado que são inferiores ao preço contratualmente pactuado.

Em 5 de junho de 2008, o Colegiado da CVM autorizou a aquisicão das açoes objeto do exercicio de opçao a preços de mercado e não se manifestou contrariamente ao pagamento do valor pactuado. Em 10 de junho de 2008, a Companhia firmou com o Grupo de Antigos Controladores da Ripasa o Instrumento Particular de Venda e Compra de Açoes.

Transação, Quitação e Outras Avenças, através do qual a Companhia tornou-se proprietária das ações detidas por estes pelo montante total de R\$ 297,6 milhões dos quais R\$ 186,7 milhões correspondem ao valor de mercado das ações registrado na rubrica de ações em tesouraria no patrimônio líquido e R\$ 110,9 milhões correspondem ao acordo extrajudicial de transação contra a renúncia de qualquer pretensão contra a Companhia e quitação total, registrados na rubrica de despesas financeiras no resultado do segundo trimestre.

Como o exercício da opção, mencionada anteriormente, ocorreu de forma parcial, remanescem ainda 786.403 ações preferenciais classe "A" passíveis de serem exercidas pelo Grupo de Antigos Acionistas Controladores da Ripasa, estando, contudo, as mesmas indisponíveis para exercício no atual momento. O, corrigido, até 31 de dezembro de 2009, para o exercício da opção remanescente é de R\$ 42,7 milhões, sendo o valor de mercado destas ações, tomando por base a cotação na BOVESPA das ações preferenciais em 31 de dezembro de 2009, de R\$ 16,1 milhões.

Em 29 de agosto de 2008 foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária a cisão total da Ripasa com versão de parte do seu patrimônio para a constituição da empresa Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. ("Asapir") e o restante do acervo líquido vertido, em partes iguais, para a Companhia e para a VCP, com o objetivo de transformar a Ripasa em uma unidade produtiva em regime de consórcio.

A partir de 01 de setembro de 2008, a unidade industrial da extinta Ripasa, localizada em Americana, passou a operar em regime de condomínio da Companhia e VCP, por meio de um modelo de consórcio, denominado Conpacel – Consórcio Paulista de Celulose e Papel, onde as consorciadas comercializam sua produção de forma independente.

Para maiores informações a respeito da operação de aquisição da Ripasa, veja o item 6.5 deste Formulário de Referência e as notas explicativas anexas às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) da Companhia referentes aos exercícios de 2007 e 2008. Todos esses documentos estão disponíveis nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.suzano.com.br/ri).

Alienação de Terras e Florestas

Estado de São Paulo

A Companhia alienou, no quarto trimestre de 2009, ativos florestais no interior do estado de São Paulo. Os ativos florestais alienados compreendem cerca de 2,0 mil hectares de terras e aproximadamente 200 mil metros cúbicos de madeira (florestas de eucalipto) e destinavam-se ao abastecimento para fabricação de celulose e papel até 2008, quando a produção de madeira da Companhia tornou-se superavitária no estado de São Paulo em função do incremento da produtividade florestal na região. Essa alienação visou à redução da distância média das florestas, beneficiando o custo caixa de produção das plantas de São Paulo, e não terá impacto sobre as operações, sendo consistente com a estratégia de otimização e realocação de capital da Companhia, com vistas aos novos projetos de expansão. O valor bruto de venda dos ativos florestais foi de R\$ 36,1 milhões e o impacto líquido no resultado foi de R\$ 28,6 milhões.

Estado de Minas Gerais

A Companhia e sua controlada Comercial e Agrícola Paineira Ltda. firmaram contratos com a Mata Mineira Investimentos Florestais Ltda. e a Fazenda Turmalina Holdings, LLC. para a venda de aproximadamente 50 mil hectares de terras em Minas Gerais, sendo cerca de 13 mil hectares com plantios de eucaliptos. O valor da venda destes ativos é de R\$ 311 milhões, sujeito a eventuais ajustes decorrentes de auditoria a ser realizada pelos adquirentes. A conclusão e o pagamento da transação dar-se-ão ao longo do primeiro semestre de 2010.

Os ativos ora alienados não eram destinados à produção de celulose e papel e a sua venda não impacta as operações atuais nem os projetos futuros da Companhia.

As propriedades objeto dessa transação, em 31 de dezembro de 2009, encontravam-se registradas no balanço patrimonial no ativo não circulante como ativos disponíveis para venda.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no período em questão.

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base nas normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e pelos Pronunciamentos Técnicos, aplicáveis à Companhia, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade, cujo principal objetivo é proporcionar a convergência das práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, para aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade, que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB".

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 e com vista aos requerimentos estabelecidos pela Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2006. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis.

Dessa forma, as demonstrações contábeis de 2008 e as comparativas de 2007 foram apresentadas seguindo as mesmas práticas contábeis e, portanto, são comparáveis.

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, das demonstrações contábeis do exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2007, e do balanço patrimonial inicial preparado para 31 de dezembro de 2006, foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade:

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007;
- CPC 02 Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008;
- CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;
- CPC 04 Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de

novembro de 2008;

- CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 08 Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 10 Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 12 Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

Em 30 de janeiro de 2009, a CVM emitiu o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº01/2009, que aprova a Orientação "OCPC 02 Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008", com o objetivo de esclarecer alguns aspectos em relação à aplicação de dispositivos da Lei 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 e dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC ao longo do ano de 2007 e 2008. Tais esclarecimentos também foram analisados e utilizados pela Administração da Companhia na elaboração das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas.

Novos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidos ao longo de 2009 e 2010 a serem aplicados para o exercício iniciado a partir de 1º janeiro de 2010

Durante o ano de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou, diversos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações cuja vigência é mandatória apenas para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com requerimento de que as Companhias efetuem reapresentação das demonstrações contábeis do exercício comparativo.

Opcionalmente, a Companhia poderia ter antecipado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a adoção dos pronunciamentos cuja adoção é mandatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, desde que em sua totalidade. A Companhia decidiu por não exercer essa faculdade para as demonstrações contábeis de 2009, e no seu melhor julgamento, efetuou avaliação dos pronunciamentos técnicos já emitidos e concluiu que, à exceção dos pronunciamentos técnicos mencionados abaixo, os demais pronunciamentos não terão impacto relevante na posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia, considerando as transações existentes até a data destas demonstrações contábeis.

- CPC 20 Custos de Empréstimos, aprovado pela Deliberação CVM nº 577, de 05 de junho de 2009;
- CPC 21 Demonstração Intermediária, aprovado pela Deliberação CVM nº 581, de 31 de Julho de 2009;
- CPC 22 Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº 582, de 31 de Julho de 2009;
- CPC 26 Apresentação das Demonstrações contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 27 Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009;

- CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola, aprovado pela Deliberação CVM nº 596, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 32 Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 33 Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009;
- CPC 38, 39 e 40 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Apresentação, Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- Revisão nº 1 de Pronunciamentos Técnicos e Orientação Técnica, aprovado pela Deliberação CVM nº 624, de 28 de janeiro de 2010;
- ICPC 10 Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, aprovado pela Deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro de 2009.

A versão original do Pronunciamento Técnico “CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis” – previa, nos seus itens 4 e 5, a extensão a determinadas controladas no exterior, dos procedimentos próprios de filiais para a contabilização de efeitos de mudanças nas taxas de câmbio. Estes itens diziam respeito, principalmente, ao tratamento a ser dado a tais controladas e exigiam a integração de seus ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa às demonstrações da controladora. Essas disposições suscitaram diversas questões quanto à caracterização de tais controladas e aos impactos societários e contábeis decorrentes de sua aplicação. Devido a essas circunstâncias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e para as três informações trimestrais apresentadas durante o exercício de 2009, a Companhia solicitou e obteve da CVM autorização para não aplicar, às demonstrações contábeis da controladora, as disposições contidas dos itens 4 e 5 da versão original do CPC02.

Por esse motivo, em 27 de março de 2009, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a Resolução CFC nº 1.164/09, tornando obrigatória a adoção dos parágrafos 4 e 5 do Pronunciamento Técnico CPC 02 (versão original desse CPC) somente a partir do encerramento do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2009. Posteriormente, o CPC emitiu o documento “Revisão nº 1 de Pronunciamentos Técnicos e Orientação Técnica” de revisão dos Pronunciamentos Técnicos CPC 02, 03, 16, 26 e 36, e da Orientação Técnica OCPC 01, aprovado pela Deliberação CVM nº 624, de 28 de Janeiro de 2010, por meio do qual promoveu alterações em alguns dos parágrafos dessas normas. Especificamente quanto às alterações promovidas no CPC 02, foi removido o requerimento dos parágrafos 4 e 5 que estabeleciam a integração às demonstrações da controladora dos ativos, passivos e resultados e fluxos de caixa de determinadas controladas no exterior.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis, a Companhia divulgou no quadro abaixo, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos no patrimônio líquido e no resultado do exercício, da controladora e consolidado, referentes às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08 (em milhares de Reais):

CONTROLADORA					
Descrição dos efeitos	Ref.	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício	
		Exercício findo em 31 de dezembro de			
		2007	2008	2007	2008
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantis financeiro	(I)	(14.467)	(28.588)	3.000	(14.121)
Mensuração a valor justo de aplicações financeiras classificadas como mantidas para negociação e derivativos	(II)	(11.253)	(21.717)	(7.170)	(10.464)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os efeitos acima		8.746	17.104	1.419	8.359
Efeito líquido decorrente da aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08		(16.974)	(33.201)	(2.751)	(16.226)
Saldo antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08		4.413.435	3.808.164	539.437	(418.557)
Saldo após a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08		4.396.461	3.774.963	536.686	(434.783)
CONSOLIDADO					
Descrição dos efeitos	Ref.	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício	
		Exercício findo em 31 de dezembro de			
		2007	2008	2007	2008
Reconhecimento de contratos de arrendamento mercantis financeiro	(I)	(14.467)	(28.588)	3.000	(14.121)
Mensuração a valor justo de aplicações financeiras classificadas como mantidas para negociação e derivativos	(II)	(11.253)	(21.717)	(7.170)	(10.464)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os efeitos acima		8.745	17.104	1.418	8.359
Efeito líquido decorrente da aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08		(16.975)	(33.201)	(2.752)	(16.226)
Saldo antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08		4.391.656	3.769.860	539.353	(435.082)
Saldo após a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08		4.374.681	3.736.659	536.601	(451.308)

(I) Refere-se ao efeito líquido do reconhecimento de arrendamentos mercantil financeiros, detalhados na nota 14, em conformidade com o pronunciamento "CPC 06 – Arrendamento Mercantil".

(II) Refere-se à contabilização do valor justo de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", em conformidade com o pronunciamento "CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação".

Por conta da eliminação promovida pela MP 449/08, da linha de resultado não operacional, posteriormente ratificada pelo Ofício Circular CVM 01/2009, a Companhia reclassificou na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 os resultados negativos nos montantes de R\$ 37,1 milhões e R\$ 110,4 milhões na controladora e R\$ 31,9 milhões e R\$ 127,9 milhões no consolidado, respectivamente para a linha de outras receitas (despesas) operacionais.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores no período em questão.

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Estimativas contábeis são utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de planos de remuneração baseados em ações e de instrumentos financeiros; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme divulgação requerida pelo OCPC 03. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas nas notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras, e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

O reflorestamento é avaliado pelo custo de aquisição, formação e conservação e tem sua exaustão calculada em função do volume colhido com base no custo médio da área colhida.

O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a compensar.

Valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Intangível

Referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009, não estão sendo mais amortizados devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Passivos atuariais

Os planos de benefício definido são avaliados por atuário independente, ao final de cada exercício, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os débitos e créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição e diferenças temporárias são constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02.

Pagamentos baseados em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de: (i) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro; e (ii) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em ações com alternativa de liquidação em dinheiro.

Os gastos com os planos de remuneração baseados em ações com liquidação em dinheiro são inicialmente reconhecidos no resultado dos exercícios, durante o período em que os serviços são recebidos, em contrapartida a um passivo financeiro e mensurado pelo seu valor justo no momento em que os programas de remuneração são concedidos. Subseqüentemente, o passivo é re-mensurado pelo seu valor justo, a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado operacional na rubrica "despesas administrativas".

Para os planos de pagamento baseados em ações com alternativa de liquidação em dinheiro ou em ações, os gastos com tais planos são reconhecidos no resultado dos exercícios da mesma forma que os planos de remuneração com

liquidação em dinheiro descritos no parágrafo acima. Porém, quando da data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada “opções de compra de ações”. Caso contrário, a Companhia liquida em dinheiro o passivo financeiro em favor do executivo.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o “*hedge accounting*” previsto no OCPC 03 (que substituiu o CPC 14).

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Para auditar os resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre a auditorias internas e externas, que apresentam seus diagnósticos ao Comitê de Auditoria. Os serviços de auditoria externa são prestados pela empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S., com a qual a Companhia mantém contrato desde 2004 e cujos trabalhos, possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

A área de auditoria interna, por sua vez, contribui significativamente para aprimoramentos dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas. Além disto, tanto o plano de auditoria como o resultado das respectivas auditorias são apresentados ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria. Adicionalmente, a Companhia conta com uma gerência de gestão de riscos e controles internos com o objetivo de melhorar ainda mais sua estrutura de controles internos e Governança Corporativa.

Dessa forma, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e está atenta às novas tecnologias e investimentos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos da Suzano, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, identificaram necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à Administração e ao Comitê de Auditoria, sendo que tais recomendações não representam deficiências que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

10.7. Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia realizou, em fevereiro de 2007, oferta pública secundária de ações preferenciais classe “A” de titularidade dos acionistas vendedores BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Suzano Holding S.A. Desse modo, os recursos provenientes da oferta foram recebidos pelos acionistas vendedores na proporção de suas respectivas ações colocadas no âmbito da oferta. A Companhia não recebeu nenhuma quantia relativa à venda das ações na oferta.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Todas as suas participações em subsidiárias ou relacionamentos com as mesmas encontram-se registrados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não se aplica.

b) Natureza e propósito da operação

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Novo ciclo de crescimento

Em julho de 2008, planos para um novo ciclo de crescimento foram anunciados. Ele prevê três novas unidades industriais – no sul do Maranhão, no Piauí, e em um terceiro local ainda a ser definido – e a ampliação da produção da Unidade Mucuri. Assim, planeja-se alcançar, já na próxima década, capacidade adicional anual de produção de celulose de mercado de 4,3 milhões de toneladas e capacidade anual de produção total de papel e celulose de mercado de 7,2 milhões de toneladas.

No Maranhão será necessária uma área plantada de, aproximadamente, 133 mil hectares e a base florestal será composta por:

- (i) Ativos florestais já adquiridos da Vale S.A. (Vale) no total de 84,5 mil ha, sendo 34,5 mil ha já plantados, que devem suprir 25% do abastecimento de madeira.
- (ii) Parceria com a Vale para fornecimento de madeira de 2014 a 2028, por meio dos plantios de eucalipto do programa Vale Florestar, no Pará. O programa Vale Florestar deverá responder por 40% do abastecimento de madeira na unidade Maranhão.
- (iii) Plantios próprios e de outros produtores locais, na forma de fomento e parcerias, que devem representar 35% do abastecimento de madeira.

A parceria com a Vale envolve ainda transporte ferroviário da celulose produzida no Maranhão para o porto na região de São Luís até 2043 e convênio de cooperação tecnológica. O início das operações no Maranhão está previsto para 2013 e está assegurado em bases competitivas em função dos ativos florestais adquiridos da Companhia Vale do Rio Doce (floresta formada).

No Piauí será necessária uma área plantada de, aproximadamente, 160 mil hectares e a base florestal será composta por, aproximadamente, 70% de plantio próprio e 30% de outros produtores locais, por intermédio de programas de fomento e parcerias florestais (a partir de 2015). No Piauí foi firmada parceria com a Logística Transnordestina S.A. garantindo transporte ferroviário da celulose produzida à região portuária de São Luís até 2028. O início das operações da unidade do Piauí está previsto para 2014 e será assegurado com floresta de 5,5 anos.

A Companhia já detém 75% de sua necessidade de terras para abastecer a nova fábrica do Maranhão e os outros 25% serão adquiridos nos próximos dois anos. No Piauí, as aquisições de 2008 e 2009 somadas às terras já detidas pela Suzano no Maranhão, e que serão destinadas a esta unidade, já asseguram o início da operação em 2014.

Desde a década de 1980, a Suzano investe em pesquisa e desenvolvimento de material genético para a formação de base florestal na região, que possui clima mais seco, o que permitirá alcançar competitividade e produtividade comparáveis às obtidas nas demais áreas de atuação da Companhia.

O projeto de expansão demandará investimentos da ordem de US\$ 6,6 bilhões, dos quais aproximadamente US\$ 4,2 bilhões correspondem às unidades do Maranhão e Piauí. Esse último montante compreende investimentos industriais da ordem de US\$ 1,8 bilhão para cada unidade e investimentos florestais de US\$ 200 milhões e US\$ 370 milhões para as unidades de Maranhão e Piauí, respectivamente.

O montante remanescente de US\$ 2,4 bilhões compreende os investimentos necessários para a terceira unidade fabril, em local a ser definido, e para ampliação da produção da unidade Mucuri. No entanto, o conselho de Administração da Companhia decidiu, em sua última reunião de 2009, postergar estes investimentos e mantê-los sob análise mais aprofundada, em função dos reflexos da crise financeira internacional no segundo semestre de 2008 e durante o ano de 2009.

Todos os valores apresentados foram definidos a partir de estimativas do primeiro semestre de 2008, quando as condições de mercado diferiam substancialmente das atuais, e estão sujeitos a alterações.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não se aplica.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Novos Produtos

Em 2009, o portfólio da Companhia foi reforçado com o lançamento dos seguintes produtos:

Linha TP White®: Lançamento mundial que traz o melhor da rigidez e da apresentação em papelcartão triplex em um único produto, proporcionando bons resultados em estrutura e na qualidade de impressão das embalagens. A linha TP White® é composta pelo TP White Pharma®, direcionado à indústria farmacêutica, e pelo TP White Zero Transfer®, destinado à indústria alimentícia, por apresentar controle de migração de odor do papelcartão para os alimentos.

Couché Suzano Print®: A linha, que substituiu o Couché fabricado em Unidade de Suzano apresenta nova tonalidade que assegura alta fidelidade de cor e impressões mais vivas.

Papelcartão Reciclato®: Papelcartão que alia o conceito socioambiental da linha Reciclato® à qualidade do papelcartão Suzano – direcionado ao mercado de embalagens, promocional e editorial.

Reciclato® Branco: Nova opção de papel reciclado, proporciona maior alvura e maior fidelidade na reprodução de cores. Está disponível em bobinas e formatos para as indústrias gráfica e editorial, com diferentes gramaturas.

Report® no Alvo da Moda: Apresentado em embalagem diferenciada, de 250 folhas, é direcionado ao público feminino. Com o símbolo da campanha de combate ao câncer de mama, tem forte apelo social, uma vez que além de divulgar o tema, parte da arrecadação obtida com a venda do produto é destinada ao Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC).

Report® Pucca, Report® Moranguinho e Report® Barbie: Lançados em parceria com a Foroni – uma das mais importantes marcas do mercado de cadernos – esses novos produtos completam a linha escolar da Suzano, também composta pelo Papel e Cartolina Report® Senninha.

Inovação e Desenvolvimento

Um dos valores corporativos da Companhia, a inovação é também um compromisso que, em 2009, foi revigorado com o estabelecimento de metas de longo prazo e o desenvolvimento de 52 projetos nas três áreas de negócio. Essas iniciativas complementam o trabalho do ano anterior, de conclusão da aplicação do Projeto Inovação. Entre outros frutos, ele resultou em uma governança clara para a área e uma estrutura mais dinâmica, que inclui Comitê e Subcomitê de Inovação e grupos de trabalho setorializados responsáveis pelo gerenciamento dos projetos.

Sob essa organização, a área florestal está na linha de frente das pesquisas em biotecnologia, que inclui a busca permanente de variedades capazes de ampliar a produtividade das florestas, assim como de processos direcionados à economia de tempo e aumento da precisão das operações. Nesse sentido, uma das tecnologias à

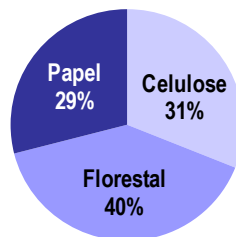
qual a Companhia se dedicou no ano foi a seleção assistida por marcadores moleculares, que, em fase de desenvolvimento, permitirá identificar o DNA da planta e a presença/ausência dos genes responsáveis pela característica desejada. O planejamento florestal também foi facilitado por inovações como um *software* que cruza dados sobre as características do clone com as das possíveis áreas de plantio, o que resulta em combinações mais adequadas.

Na área de papel, ainda graças à capacidade inovadora, registrou-se um importante avanço na meta de participação nas vendas dos itens lançados nos últimos dois anos: o percentual que, em 2007 e 2008, manteve-se na faixa dos 5% do total comercializado, saltou para 30%, em 2009.

Essas e várias outras iniciativas são conduzidas no âmbito do Projeto Inovação, que tem como base o modelo *open innovation* (inovação aberta), o que significa aliança com parceiros estratégicos para aquisição de conhecimento, aceleração do desenvolvimento e redução da necessidade de recursos.

A inovação também é estimulada na base operacional por meio de programas como o *Click*, que premia os colaboradores pelas idéias capazes de melhorar a rotina. Em 2009, atingiu-se recorde de sugestões apresentadas: foram 619, muitas das quais já em fase de aplicação, que resultaram em ganhos de aproximadamente R\$ 8 milhões e na distribuição de R\$ 320 mil em prêmios aos seus autores. Desde 2001, já foram pagos em prêmios R\$ 810 mil.

Projetos - Inovação



10.11. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Informações dos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência, conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

12.6 Administradores e membros do conselho fiscal:

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
David Feffer	53	Empresário	882.739.628-49	Presidente do Conselho de Administração	AGO de 29.04.2008	AGO de 29.04.2008	AGO de 2010	Coordenador membro do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria	Sim
Daniel Feffer	50	Advogado	011.769.138-08	Vice-Presidente do Conselho de Administração	AGO de 29.04.2008	AGO de 29.04.2008	AGO de 2010	Membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	Sim
Boris Tabacof	82	Engenheiro Civil	000.616.035-20	Vice-Presidente do Conselho de Administração	AGO de 29.04.2008	AGO de 29.04.2008	AGO de 2010	N/A	Sim
Antônio de Souza Corrêa Meyer	63	Advogado	215.425.978-20	Membro do Conselho de Administração	AGO de 29.04.2008	AGO de 29.04.2008	AGO de 2010	N/A	Sim
Claudio Thomaz Lobo Sonder	68	Engenheiro Químico e Economista	066.934.078-20	Membro do Conselho de Administração	AGO de 29.04.2008	AGO de 29.04.2008	AGO de 2010	Coordenador e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria	Sim
Jorge Feffer	49	Administrador de Empresas	013.965.718-50	Membro do Conselho de Administração	AGO de 29.04.2008	AGO de 29.04.2008	AGO de 2010	Membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	Sim
Marco Antonio Bologna	55	Engenheiro de Produção	685.283.378-04	Membro do Conselho de Administração	AGO de 29.04.2008	AGO de 29.04.2008	AGO de 2010	Membro do Comitê de Auditoria	Sim

Nildemar Secches	61	Engenheiro Mecânico	589.461.528-34	Membro do Conselho de Administração	AGO de 29.04.2008	AGO de 29.04.2008	AGO de 2010	N/A	Sim
Luiz Augusto Marques Paes	48	Advogado	045.320.388-47	Membro efetivo do Conselho Fiscal	AGO de 29.04.2009	AGO de 29.04.2009	AGO 2010	N/A	Sim
Rubens Barletta	64	Advogado	397.909.328-04	Membro efetivo do Conselho Fiscal	AGO de 29.04.2009	AGO de 29.04.2009	AGO 2010	N/A	Sim
Roberto Figueiredo Mello	61	Advogado	532.755.358-20	Membro suplente do Conselho Fiscal	AGO de 29.04.2009	AGO de 29.04.2009	AGO 2010	N/A N/A	Sim
Luiz Gonzaga Ramos Schubert	72	Advogado	080.501.128-53	Membro suplente do Conselho Fiscal	AGO de 29.04.2009	AGO de 29.04.2009	AGO 2010	N/A	Sim

Diretoria:

Nos termos do Art. 142, II, da Lei nº 6.404/76 e artigo 19, “b”, do Estatuto Social da Companhia, os membros da Diretoria serão eleitos de acordo com deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, a qual ocorrerá após a eleição de seus membros na Assembléia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em 30 de abril de 2010.

12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

Nos termos dos artigos 19, “s” e 21 do Estatuto Social da Companhia, os membros da Diretoria serão eleitos de acordo com deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, a qual ocorrerá após a eleição de seus membros na Assembléia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em 30 de abril de 2010.

12.8 a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal:

Conselho de Administração:

DAVID FEFFER, cursou Administração de Empresas e possui especialização na *Columbia University* (EUA) e na escola de administração suíça IMD. Começou a trabalhar em sociedades do grupo econômico da Companhia em 1974 e nos últimos 5 anos ocupou os seguintes cargos: (i) Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e membro dos Comitês de Sustentabilidade e Estratégia e de Auditoria da Companhia; (ii) Diretor Presidente da controladora Suzano Holding S.A.; (iii) Diretor Vice-Presidente da Premesa S.A., cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários (iv) Diretor Presidente da Nemopar Investimentos Ltd., sociedade controlada da Suzano Holding S.A. e constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman, cuja principal atividade é a negociação com ações, debêntures, títulos ou outros valores mobiliários; (v) Diretor Vice-Presidente da Vocal Comércio de Veículos Ltda., cuja atividade principal é o comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados. Durante a sua vida profissional, ocupou cargos de administração nas companhias abertas a seguir mencionadas: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Polpar S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; e (ii) Diretor Presidente da IPLF Holding S.A., cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Em 2006 foi palestrante no *World Economic Forum - América Latina*. É membro de várias instituições sociais e culturais dentre as quais se destacam as seguintes atuações: Presidente da Diretoria Executiva da Casa de Cultura de Israel; Membro do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein; Membro do Conselho da Fundação Bial de São Paulo; Membro do Conselho Deliberativo da

Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria; Membro da Ação Comunitária do Brasil; Membro do Conselho da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável; e Membro do Conselho do *INSEAD*.

DANIEL FEFFER, Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, possui vários cursos de especialização na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Fundação Getúlio Vargas, além de Harvard University e Massachusetts Institute of Technology (MIT) nos Estados Unidos e IMD na Suíça. Em 1977, o Sr. Daniel Feffer foi Assistente de Gabinete da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Deu início às suas atividades nas sociedades do grupo econômico da Companhia em 1978, tendo exercido os cargos de Assistente de Diretoria, Gerente de Comunicações e Marketing e Gerente de Produtos Especiais. Nos últimos 5 anos ocupou os seguintes cargos: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Companhia; (ii) Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A., cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (iii) Diretor Presidente da Premesa S.A., cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários; (iv) Diretor Vice-Presidente Corporativo da controladora Suzano Holding S.A.; (v) Diretor Vice-Presidente Corporativo da IPLF Holding S.A., cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (vi) Diretor Vice-Presidente da Nemopar Investimentos Ltd., sociedade controlada da Suzano Holding S.A. e constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman, cuja principal atividade é a negociação com ações, debêntures, títulos ou outros valores mobiliários; (vii) Diretor Presidente da Vocal Comércio de Veículos Ltda., cuja atividade principal é o comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados. (viii) Diretor Presidente da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., cuja atividade principal é a gestão e administração de imóveis, (ix) Vice-Presidente do Conselho Curador e Diretor Vice-Presidente da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais; (x) Presidente do Conselho Diretor e Vice-Presidente do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais; (xi) Membro do Conselho do Instituto Ethos; (xii) Membro do CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; (xiii) Membro do Conselho da BRACELPA - Associação Brasileira de Celulose e Papel; (xiv) Membro do Conselho do IEDI - Instituto Econômico para Desenvolvimento Industrial; (xv) Membro do CEAL - Conselho de Empresários da América Latina; (xvi) Membro Fundador do Conselho do Compromisso Todos Pela Educação; (xvii) Membro do Conselho da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP; (xviii) Membro do Conselho da *TNC - The Natural Conservancy*; e (xix) Membro do Conselho do MBC - Movimento Brasil Competitivo. Não ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

BORIS TABACOF, Graduado em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia. O Sr. Boris Tabacof foi Secretário da Fazenda do Estado da Bahia de 1965 a 1970 (administrações de Lomanto Jr. e Luiz Vianna Filho) e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Salvador até 1970. De 1970 a 1975, foi Diretor Superintendente do Grupo Financeiro Safra e em 1975 foi eleito pela primeira vez diretor de sociedade integrante do grupo econômico da Companhia, tendo atuado como diretor de 1975 a 1988 e, em 1989, eleito Presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA. De 1988 a 1993, o Sr. Boris Tabacof exerceu o cargo de Diretor Superintendente da Controladora Suzano Holding S.A., na época denominada NemoFeffer S.A. Foi, também, *chairperson* do *Advisory Committee on Paper and Wood Products* da Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas em Roma, membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério de Relações Exteriores e Presidente do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - "FIESP". Nos últimos 5 anos ocupou os seguintes cargos em sociedades do Grupo Suzano: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Vice-Presidente dos Conselhos de Administração das controladas Suzano Holding S.A. e da IPLF Holding S.A., (iii) Diretor Executivo da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.; (iv) Diretor Executivo da Vocal Comércio de Veículos Ltda.; (v) membro do Conselho Curador da Fundação Filantrópica Arymax; e (vi) membro do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável. Atualmente, atua como (i) membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Celulose e Papel - BRACELPA; (ii) membro do Conselho da Ação Comunitária do Brasil, associação de defesa dos direitos sociais; (iii) membro do Conselho de Administração do SEPACO - Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo; (iv) Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein; (v) Presidente do *Comitê Brasileiro Britain Brasil Business Forum*; (vi) membro do Conselho de Administração da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente; (vii) membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF (Rio de Janeiro); e (viii) Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia da FIESP. Com relação aos cargos de administrativos exercidos em companhias abertas, foi membro do Conselho de Administração da EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A..

ANTONIO DE SOUZA CORRÊA MEYER: Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo. Experiência Profissional: É sócio-fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde trabalha até hoje. Atualmente é (i) membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP; (iii) Presidente do Conselho Diretor do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; (iv) faz, também, parte dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (CONJUR) da FIESP e da Câmara de Mediação e Conciliação da FIESP e Conselheiro do Instituto de Oncologia de São Paulo, Hospital Otavio Frias de Oliveira. Foi Diretor e Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP); Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989); Diretor da Câmara Americana do Brasil; e do membro do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Presidente do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (2006/2008). Exerceu as funções públicas de Secretário da Justiça e de Secretário da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. Condecorado com o Colar do Mérito Judiciário outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É membro da International Bar Association; da Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto dos Advogados de São Paulo. Não ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

CLAUDIO THOMAZ LOBO SONDER, Graduado em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos da América. O Sr. Cláudio tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico. Entre 1983 e 1993 foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Nos últimos 5 anos ocupou os seguintes cargos: (i) Diretor Vice-Presidente Executivo da Controladora Suzano Holding S.A.; (ii) membro do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia, membro do Comitê de Auditoria e da Comissão de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia; (iii) membro do Conselho de Administração da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações; (iv) membro do Conselho e Presidente do Conselho de Administração das Lojas Renner S.A.; (v) membro do Conselho de Administração da OGX Petróleo e Gás Participações S.A.; (vi) membro do Conselho de Administração do Grupo RBS S.A.; (vii) membro do Conselho de Administração da Koninklijke DSM N. V., companhia aberta constituída de acordo com as leis da Holanda, atuante nas áreas química, petroquímica e ciências da vida; e (viii) Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein. Durante a sua vida profissional, ocupou os cargos de administração nas companhias abertas anteriormente mencionadas: Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações; e Lojas Renner S.A..

JORGE FEFFER: Cursou a Faculdade de Administração de Empresas da Fundação Armando Álvares Penteado. Em 1978, foi Assistente de Gabinete da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. O Sr. Jorge Feffer iniciou suas atividades nas sociedades do grupo econômico da Companhia em 1979 como Assistente de Planejamento. Nos últimos 5 anos ocupou os seguintes cargos em sociedades do Grupo Suzano: (i) membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Companhia; (ii) Diretor da Premesa S.A., cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pelos assuntos corporativos da companhia; (iii) Diretor Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A.; (iv) Diretor Vice-Presidente Corporativo da IPLF Holding S.A., cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, (v) Diretor Executivo da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., cuja atividade principal é a gestão e administração de imóveis, (vi) Diretor Executivo da Vocal Comércio de Veículos Ltda., cuja atividade principal é o comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados. Não ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

MARCO ANTONIO BOLOGNA - Graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo Experiência Profissional: Atualmente é (i) membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) consultor da TAM Empreendimentos e Participações S.A. – TEP, Holding controladora da TAM S.A., (iii) membro do conselho de administração da TAM S.A. (IV) Membro do Conselho de Administração da TAM Aviação Executiva S/A; e (V) Presidente da TAM Aviação Executiva S/A. No ano de 2008 foi Diretor Geral do Grupo WTorre S/A (engenharia e real estate). De 2004 a Dez/2007 exerceu o cargo de Diretor Presidente da TAM Linhas Aéreas S.A., onde atuou desde 2001, quando foi convidado pelo comandante Rolim Adolfo Amaro para ser Vice-Presidente de Finanças e Gestão e Diretor de Relações com o Mercado. Anteriormente, atuou no mercado financeiro, durante 24 anos, passando pelos bancos Frances e Brasileiro, Lloyds Bank, Chase Manhattan, Itamarati e Inter American Express. Durante a sua vida profissional, ocupou os cargos de administração na companhia aberta anteriormente mencionada: TAM S.A..

NILDEMAR SECCHES: Graduado em Engenharia Mecânica pela USP de São Carlos, pós graduado em Finanças pela PUC do Rio de Janeiro e cursou o doutorado em Economia pela Unicamp-Campinas. Atualmente é (i) membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Co-Presidente do Conselho de Administração da BRF – Brasil Foods ; (iii) membro do Conselho de Administração da WEG S/A, da Ultrapar Participações S.A.; e da lochpe-Maxion S.A. Foi Diretor Presidente das Empresas Perdigão de 1995 a 2008. De 1972 a 1990, trabalhou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde foi Diretor de 1987 a 1990. De 1990 a 1994, foi Diretor Geral Corporativo do Grupo lochpe-Maxion Holding Industrial. De 2001 a 2003, foi Presidente da Associação dos Produtores e Exportadores de Frangos – ABEF. Durante a sua vida profissional, ocupou os cargos de administração nas companhias abertas anteriormente mencionadas: Gerdau S.A., Perdigão, Weg S.A., Ultrapar Participações S.A. e lochpe-Maxion S.A..

Conselho Fiscal

Membros Efetivos:

LUIZ AUGUSTO MARQUES PAES: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. É sócio-diretor da empresa Almeida Prado, Paes e Caruso Consultoria Empresarial Ltda., no segmento de consultoria e assessoria tributária para empresas, desde abril de 1991 até o momento e faz parte do Conselho Fiscal da Companhia e da Agre S.A., sociedades anônimas de capital aberto. Foi membro do Conselho Fiscal da Suzano Petroquímica, da Cyrela Commercial Properties S.A., e da Abyara S.A..

RUBENS BARLETTA: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. É membro efetivo do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e Alfa Holdings S.A. e membro suplente da Alfa Holdings S.A. e do Consórcio Alfa de Administração S.A.. Foi membro do escritório de advocacia do Dr. Augusto Esteves de Lima Junior por mais de 40 anos.

Membros Suplentes:

ROBERTO FIGUEIREDO MELLO: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. É sócio da Pacaembu Serviços e Participações Ltda. desde 1998 até o momento. Foi membro do conselho fiscal do Barclay's Bank entre 1995/2002; diretor da Vocal Com. Veiculos Ltda. entre 1989/1998; e diretor da SPP - Nemo S.A. Coml Exportadora entre 1986 e 1998.

LUIZ GONZAGA RAMOS SCHUBERT: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Membro do escritório de advocacia do Dr. Augusto Esteves de Lima Junior desde janeiro de 1973 até o momento. É membro efetivo do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A. e da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, e membro suplente da Alfa Holdings S/A e do Consórcio Alfa de Administração S.A..

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Os candidatos indicados pelos acionistas controladores para os cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, não estiveram sujeitos, nos últimos 05 (cinco) anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) Administradores da Companhia

Os Srs. David Feffer, Daniel Feffer e Jorge Feffer, abaixo referidos, são irmãos.

A Sr. David Feffer, Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e Membro dos Comitês de Sustentabilidade e Estratégia e de Auditoria da Companhia, é irmão dos Srs. Daniel Feffer - Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e Jorge Feffer - Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia.

b) Administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia

Não se aplica.

c) Administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia

i) David Feffer, o qual ocupa os cargos de Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria da Companhia, de Diretor Presidente da Suzano Holding S.A. e da IPLF Holding S.A., de Vice-Presidente do Conselho de Administração, e os seguintes cargos nas empresas do grupo controlador: (a) Diretor Presidente da Polpar S.A.; (b) Diretor Vice-Presidente da Premesa S.A.; e (c) Diretor Presidente da Nemopar Investimentos Ltd.

(ii) Daniel Feffer, o qual ocupa os cargos de Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Companhia; Diretor Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A. e da IPLF Holding S.A., e os seguintes cargos nas empresas do grupo controlador: (a) Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A.; (b) Diretor-Presidente da Premesa S.A.; (c) Diretor Vice-Presidente da Nemopar Investimentos Ltd.; e (d) Diretor-Presidente da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

(iii) Jorge Feffer, o qual ocupa os cargos de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Companhia, Diretor Vice-Presidente Corporativo da Companhia e da IPLF Holding S.A., e os seguintes cargos nas empresas do grupo controlador: (a) Diretor da Premesa S.A.; e (b) Diretor Executivo da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

Os Srs. David Feffer, Daniel Feffer e Jorge Feffer, retro referidos, são irmãos.

d) Administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

(i) David Feffer, o qual ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria da Companhia e os seguintes cargos no grupo controlador (a) Diretor Presidente da Suzano Holding S.A. (b) Diretor Presidente da IPLF Holding S.A.; e (c) Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Polpar S.A..

(ii) Daniel Feffer, o qual ocupa o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Companhia e os seguintes cargos no grupo controlador: (a) Diretor Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A. (b) Diretor Vice-Presidente Corporativo da IPLF Holding S.A.; e (c) Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A..

(iii) Jorge Feffer, o qual ocupa o cargo de Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Companhia e os seguintes cargos no grupo controlador: (a) Diretor Vice-Presidente Corporativo da Companhia e da IPLF Holding S.A..

Os Srs. David Feffer, Daniel Feffer e Jorge Feffer, retro referidos, são irmãos.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Não se aplica.

b) Controlador direto ou indireto da Companhia

O conselheiro Boris Tabacof presta serviços de consultoria empresarial à Controladora Suzano Holding.

O conselheiro Claudio Thomaz Lobo Sonder prestou serviços de consultoria empresarial à Controladora Suzano Holding S.A. até dezembro de 2009.

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes

O escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, o qual foi co-fundado pelo conselheiro de administração, Sr. Antônio Corrêa Meyer, presta serviços advocatícios eventuais para a Suzano Papel e Celulose S.A..

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ MF nº 16.404.287/0001-55

NIRE 29300016331

Assembléia Geral Ordinária

PARA FINS DOS INCISOS I e II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão, do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia, do Comitê de Auditoria (os "Comitês") e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. Ressalte-se que o montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima compreende (a) até R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês e do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 162, §3º da Lei nº 6.404/76; e (b) até R\$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria; sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável correspondente ao bônus e ao incentivo de longo prazo, cujo pagamento encontra-se vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia; deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas; e (c) os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza estão incluídos nos referidos valores.

Frise-se que o montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2010 e março de 2011.

**INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM
Nº 480/09.**

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com nossos princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.

Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos. Nossa estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar acima da média de nosso mercado de referência, para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível, que ajudarão a empresa a entregar e superar os resultados planejados.

Praticamos também com relação à remuneração variável, a distribuição da participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que são adequadas para cada parcela dos nossos colaboradores.

Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, oferecemos ainda a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia do tipo *phantom shares* ou “ações fantasma”. Oferecemos ainda para um grupo selecionado de colaboradores, ainda mais interligados aos objetivos de longo prazo da empresa, um Programa de Opções de Compra de Ações Preferenciais da Classe “A”, com condições pré-definidas. Ambos programas têm por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem uma maior integração de nossos executivos, administradores e colaboradores, na qualidade de acionistas da Companhia.

b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um destes elementos

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração que não tenham dedicação integral a esta atividade fazem jus somente a remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. Aqueles Conselheiros que tenham dedicação integral, além da remuneração fixa fazem jus à uma remuneração variável, também alinhada aos padrões de mercado, por meio de pesquisas de renomada consultoria especializada no tema. Nenhum membro do Conselho de Administração participa dos programas de incentivo de longo prazo em *phantom shares*, nem do programa de incentivo de longo prazo de opção de compra de ações preferenciais.

Diretoria

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável. Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia. Há ainda o incentivo de longo prazo, que, por meio de mecanismo de “ações fantasma” da Companhia, recompensa os executivos pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia. Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos

acionistas e com a sustentabilidade da Companhia. Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas conforme padrões de mercado por meio de pesquisa conduzida por renomada consultoria especializada no tema.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter conselheiros fiscais que agreguem valor aos resultados da Companhia.

Comitês

Os membros dos Comitês Estatutários fazem jus à remuneração fixa e variável de curto prazo, de modo a que a parcela da remuneração dos membros dos Comitês componha a remuneração total, apontada pela pesquisa de mercado. Quando esta remuneração total, baseada em pesquisa de mercado, já foi atingida através do pagamento dos membros da Diretoria ou dos Conselhos, não haverá remuneração variável para os membros dos Comitês Estatutários.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para o Conselho de Administração, os conselheiros sem dedicação integral têm 100% de sua remuneração total como remuneração fixa, do mesmo modo que os Conselheiros do Conselho Fiscal e membros dos Comitês. Já para os Conselheiros do Conselho de Administração com dedicação integral, a proporção está entre 55% e 60% como remuneração fixa e 40 a 45% como remuneração variável.

Na Diretoria, a parcela da remuneração fixa na remuneração total corresponde a 45%; a remuneração variável de curto prazo corresponde a 35% e a remuneração variável de longo prazo corresponde a 20%.

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria, Conselhos e Comitês são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração a proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da média deste mercado selecionado.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado. Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia. Um exemplo de metas definidas no período são o EBITDA e a dívida líquida.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento acima da média do mercado selecionado, tendo como base pesquisa conduzida por consultoria especializada no tema. A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis mínimos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável. Adicionalmente, a Companhia tem um programa estruturado de avaliação do alinhamento do comportamento dos

membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes aos valores e princípios éticos da Companhia e esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio. Para isso aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado. Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual. Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo. Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração:

Há membros do Conselho de Administração que também têm remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

Diretoria

Não há membros da Diretoria com remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Conselho Fiscal

Não há membros do Conselho Fiscal com remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Comitês

Há membros dos Comitês que também têm remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social 31.12.2010

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	4.399.928	6.736.562	240.009	11.376.499
Benefícios diretos e indiretos	N/A	927.913	N/A	927.913
Participação em Comitês	3.603.072	N/A	N/A	3.603.072
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável				
Bônus	6.168.391	N/A	N/A	6.168.391
Participação nos resultados	N/A	6.872.160	N/A	6.872.160
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	6.320.374	N/A	6.320.374
Total da remuneração	14.171.391	20.857.010	240.009	35.268.409

Exercício social encerrado em 31.12.2009

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	4.399.928	6.388.121	240.009	11.028.057
Benefícios diretos e indiretos	N/A	833.257	N/A	833.257
Participação em Comitês	2.824.512	N/A	N/A	2.824.512
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável				
Bônus	3.773.187	N/A	N/A	3.773.187
Participação nos resultados	N/A	6.910.884	N/A	6.910.884
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	10.603	N/A	10.603
Total da remuneração	10.997.627	14.142.865	240.009	25.380.501

Nota: Valores das tabelas do item 13.2 não consideram encargos sociais e trabalhistas e, para remuneração variável, foram dimensionados pelo atendimento às metas definidas no ano.

13.3 Remuneração variável do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social 31.12.2010

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.875.000	N/A	N/A	2.875.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração	5.748.500	N/A	N/A	5.748.500
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	5.748.500	N/A	N/A	5.748.500
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	9.146.565	N/A	9.146.565
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.494.982	N/A	5.494.582
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31.12.2009

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.321.279	N/A	N/A	2.321.279
Valor máximo previsto no plano de remuneração	4.642.558	N/A	N/A	4.642.558
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	4.642.558	N/A	N/A	4.642.558
Valor efetivamente reconhecido	3.773.187	N/A	N/A	3.773.187
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	9.156.250	N/A	9.156.250
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.494.982	N/A	5.494.982
Valor efetivamente reconhecido	N/A	6.910.885	N/A	6.910.885

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

Para seus principais executivos e membros chave do Conselho de Administração, a Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Companhia, com pagamento em moeda corrente. São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de “ações fantasma” a esses executivos (*beneficiários*), a serem definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Anualmente, o Comitê de Gestão estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de “ações fantasma” aos seus executivos.

Adicionalmente a este plano, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe “A” da Companhia a determinados executivos. Em 10 de agosto de 2009 (data da outorga), o Conselho de Administração, por meio de Comissão Especial formada para este fim, aprovou o Regulamento e Contratos do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O plano estabelece condições gerais para a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações preferenciais classe “A” de sua emissão a executivos, administradores e colaboradores (*beneficiários*), a serem definidos em

regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo estatuto social e Conselho de Administração da Companhia.

b. principais objetivos do plano

Os Programas de Incentivo de Longo Prazo em *phantom shares* e o Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe "A" são sistemas criados com o objetivo de:

- i. alavancar negócios e resultados, incentivando os executivos em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa;
- ii. fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão do curto e longo prazo;
- iii. permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira ao mesmo tempo em que compõe um fator de retenção dos principais executivos; e
- iv. estabelecer critérios de Participação nos Lucros e Resultados de Longo Prazo para Executivos elegíveis.

c. forma como o plano contribui para estes objetivos

O plano contribui para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia, definidos anualmente pelo Comitê de Gestão.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários. Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários frente a este mercado, sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O alinhamento é garantido por meio dos indicadores de desempenho individuais e da Companhia que sejam definidos pelo Comitê de Gestão para a concessão do plano.

f. número máximo de ações abrangidas

A determinação das quantidades de "ações fantasma" a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas nos últimos 90 pregões. As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários com aporte de mesmo valor pela Companhia. São então outorgadas quantidades de "ações fantasma" a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões. Para os programas de 2004 a 2006 havia limitação de valorização das "ações fantasma" em 120% do valor de outorga. Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação aos seus concorrentes.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Já para o plano de remuneração baseada em ações com pagamento em ações (opções de compra de ações preferenciais classe "A"), as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da Companhia, assim como, deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria. Durante o período de carência para exercício das Opções, é vedada ao Beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas Opções.

h. condições de aquisição das ações

O regulamento determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das “ações fantasma” (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme item (iii) do parágrafo anterior, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, quando aplicável, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as “ações fantasma” que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; ii) na hipótese de desligamento, sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das “ações fantasma”, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das “ações fantasma”; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas “ações” fantasma nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as “ações fantasma” somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (*período de aquisição*) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

Para o plano de opções de compra de ações preferenciais classe “A”, as *condições de aquisição e não-aquisição* são: i) no caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções; iii) na ausência da situação (i) acima, as *condições de aquisição* são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Salvo nas *condições de não-aquisição* mencionadas acima, foram definidos prazos de carência (*período de aquisição, definido em 13.4 j*)), durante os quais os *beneficiários* poderão exercer sua opção, total ou parcialmente.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício, correspondente a cada “ação fantasma” (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção é calculado da seguinte forma:

$Pe = [VMA + (DIV+JCP)] \times TRS$, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 50% a 125%, quando aplicável.

Para o plano de opções de compra de ações preferenciais classe “A” da Companhia, a determinação do preço segue o seguinte cálculo:

O preço, correspondente a cada ação preferencial classe “A” (preço de exercício), pelo qual os *beneficiários* poderão exercer parcial ou totalmente sua opção é calculado da seguinte forma:

$Pe = Pb \times (1+WACC)^{t/252} - (D+JCP) \times (1+WACC)^{t/252}$, sendo:

Pe = Preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

Pb = Preço base fixado em R\$ 18,20 por opção.

WAAC = custo médio ponderado de capital da Companhia, a ser calculado pela média dos WACC atribuídos à Companhia pelos analistas de mercado de quatro instituições financeiras renomadas. O primeiro reajuste será aplicado em 1º de junho de 2010, com base na média dos WACC atribuídos à Companhia no mês imediatamente anterior (maio de 2010); as variações seguintes serão calculadas a cada período de 12 meses, ou "pro rata temporis" se o exercício da opção se der antes de completado o período de 12 meses subsequente.

D+JCP = Corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período em questão.

Se (i) na data de exercício das opções a diferença entre o Preço de Exercício e o preço unitário das Ações Preferências Classe "A" de emissão da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo na data de início de cada período de carência for inferior a R\$ 10,00 (dez reais) ou (ii) o Beneficiário declarar que não quer exercer a opção total ou parcialmente, a Companhia efetuará um pagamento extraordinário ("Pagamento Extraordinário") ao Beneficiário no valor correspondente à seguinte fórmula:

$$Pex = VR - ((PM \times Q) - (Pe \times Q))$$

Pex = Pagamento extraordinário

VR = Valor de Referência, que é calculado por $(R\$10,00 \times Qtde. \text{ Opções da série não exercidas pelo beneficiário})$

PM = Preço de Mercado, corresponde ao preço unitário das ações de emissão da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo no início de cada período de carência

Q = Quantidade de opções da série não exercidas pelo beneficiário

Pe = Preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia. Assim, as "ações fantasma" somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (*período de aquisição*) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

O plano de opção de compra de ações preferências classe "A" da Companhia, segue os seguintes prazos:

Período de carência	Quantidade de ações preferenciais classe "A"
1º data de exercício: de 01/06/2010 a 31/12/2012	50.000 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
2º data de exercício: de 01/06/2011 a 31/12/2012	50.000 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
3º data de exercício: de 01/06/2012 a 31/12/2012	Saldo remanescente de ações ou 75% do total de ações sob opção

k. forma de liquidação

Para as "ações fantasma", a liquidação se dá em folha de pagamento a favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições. Para as opções de compra de ação classe "A", a Companhia poderá, até os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, utilizar-se (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria, para a entrega das ações. Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao Beneficiário a alienação, ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas opções. Ainda conforme o regulamento do plano, a liquidação, obedecendo as condições definidas, poderá se dar pelo pagamento em moeda corrente com a obrigação de ações da Companhia em

mercado e retenção pelo período de carência. Em 31 de dezembro de 2009, havia 2.537 mil ações preferenciais em tesouraria disponíveis para servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

I. restrições a transferência das ações

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as “ações fantasma” somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (*período de aquisição*) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga. Não há para este programa, a concessão de ações da Companhia.

Adicionalmente, para certos executivos, a Companhia estabeleceu outro programa de incentivo de longo prazo. As condições para pagamento de compensação a tais beneficiários ocorrem no mês de janeiro de cada ano, se o valor de mercado da Companhia superar o maior valor de mercado observado nos meses de janeiro dos três últimos exercícios passados. O valor da compensação paga aos executivos é função do incremento do valor de mercado das preferenciais em relação ao mês de janeiro do exercício anterior, e é pago no mês de março subsequente. O valor de mercado das ações preferenciais da Companhia é estabelecido mediante a multiplicação da cotação média da ação preferencial, apurada com base nos últimos 90 pregões, e a quantidade total das ações preferenciais.

Em 30 de setembro de 2009, o limite máximo de compensações a serem pagas de 2009 a 2011, por este plano, para o conjunto dos executivos incluídos, era de US\$ 1,0 milhão.

O programa prevê que tais compensações sejam integralmente destinadas pelos beneficiários mediante a aquisição, no mercado aberto, de ações preferenciais da Companhia, e a manutenção dessas ações em custódia indisponível em percentuais e períodos variáveis ao longo do tempo, tendo como prazo final o exercício de 2011.

A alienação dessas ações pelo beneficiário, fora dos prazos especificados, implica indenização à Companhia pelo valor total transacionado acrescido de multa de 1% ao mês. Na hipótese de demissão sem justa causa, por parte da Companhia, o beneficiário poderá alienar a totalidade de suas ações sem as limitações de prazo e percentual de retenção.

Para o Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe “A”, a restrição para a transferência das ações se dá durante o período de carência, definido no item 13.4 j acima (*período de aquisição*).

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de dissolução ou liquidação da Companhia, os beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe “A”, poderão exercer suas opções que já possam ser exercidas no período compreendido entre a data da convocação da assembléia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Caso contrário, as opções serão extintas, da mesma forma que este Regulamento e os respectivos Contratos de Adesão.

O plano de opção de compra de ações preferenciais classe “A” da Companhia, assim como o Plano de Incentivo de Longo prazo em *phantom shares*, poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Comitê de Gestão da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações

Conforme mencionado no item 13.4(g) acima, com relação às “ações fantasma”: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme explicado acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, quando aplicável, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as “ações fantasma” que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; ii) na hipótese de desligamento, sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das “ações fantasma”, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das “ações fantasma”.

Para o plano de opções de compra de ações preferenciais classe "A": i) no caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções.

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Quantidade de ações detidas direta e indiretamente	16.966.285	450.811	11.361	17.428.457

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social 31.12.2010

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	N/A	mar/10	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	208.222	N/A	208.222
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	mar/13	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	mar/16	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Em aberto no início do exercício social	N/A	18,75	N/A	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31.12.2009

	Conselho de Administração	Diretoria		Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9	8		3	20
data de outorga	N/A	mar/09	set/09	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	120.581	46.889	N/A	167.470
prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	mar/12	set/12	N/A	N/A
prazo máximo para exercício das opções	N/A	mar/15	set/15	N/A	N/A
prazo a restrição á transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado das opções em aberto no inicio do exercicio social	N/A	12,79		N/A	N/A
preço médio ponderado das opções perdidas durante inicio do exercicio social	N/A	N/A		N/A	N/A
preço médio ponderado das opções exercidas durante inicio do exercicio social	N/A	N/A		N/A	N/A
preço médio ponderado das opções expiradas durante inicio do exercicio social	N/A	N/A		N/A	N/A
valor justo das opções na data da outorga	N/A	15,11	19,90	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício em todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

As opções mencionadas no item 13.6 referem-se às ações fantasma outorgadas.

13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Exercício social encerrado em 31.12.2009	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Em relação às opções ainda não exercíveis:	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	N/A	400.000	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	01/06/2010, 01/06/2011, 01/06/2012	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	31/12/2012	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	10,70	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

As opções em aberto mencionadas no item 13.7 referem-se ao Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe "A"

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, no último exercício social:

Exercício social encerrado em 31.12.2009

	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	9	8	3	20
Em relação às opções exercidas:				
Número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação às ações entregues:				
Número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Para a determinação do valor justo das “ações fantasma”, a Companhia definiu conforme modelo de cálculo do programa, a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 (noventa) pregões para a ação SUZB5 de cada exercício, multiplicado pelo TRS de 125%, quando aplicável.

Para o programa ILP 2007, devido à alternativa de escolha de ações com características combinadas de ação e opção de ação, definida na política do programa vigente em dezembro de 2007, para a determinação do valor justo destas “ações fantasma” e também para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações preferenciais Classe “A”, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções do tipo americano de Bjerksund & Stensland, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Descrição das premissas	Indicadores	
	Ações “fantasma”	Opções
Preço do ativo base (1)	R\$ 18,07 / ação	R\$ 20,50 / ação
Expectativa de volatilidade (2)	41,02 % a.a.	46,28 % a.a
Expectativa de vida média das ações fantasma/opções (3)	4,23 anos	3,04 anos
Expectativa de dividendos (4)	2,76 % a.a	
Taxa de juros média ponderada livre de risco (5)	média de 12,66%	média de 12,43%

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 90 observações de retornos;

(3) A expectativa de vida média das “ações fantasma” e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8	9	3	20
Nome do plano	N/A	Suzano Prev	N/A	N/A
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A	N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	N/A	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	1.706.355	N/A	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	382.438	N/A	-
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	N/A	-

13.11 Valores da maior e menor remuneração individual, para o último exercício social, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

Item não divulgado em razão da liminar concedida pelo MM Juízo 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5 ao Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro, instituição à qual alguns dos Administradores da Companhia são associados.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2009
Diretoria Estatutária	51,31%
Conselho de Administração	47,65%
Conselho Fiscal	1,04%
TOTAL	100%

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2009	Exercício social encerrado em 31.12.2008	Exercício social encerrado em 31.12.2007
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de Administração	613.279	1.159.547	1.149.653
Conselho Fiscal	-	-	-
TOTAL	613.279	1.159.547	1.149.653

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2009
Diretoria Estatutária	--
Conselho de Administração	7.491.921
Conselho Fiscal	-
TOTAL	7.491.921

Nota: Não houve no exercício remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

PROPOSTA DA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
ANEXO 9-1-II da Instrução CVM 481/09

1. O lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 foi de **R\$ 853.315.013,61** (lucro da controladora).

2. **Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

A proposta da administração à AGO é de distribuir dividendo residual de R\$ 3.269.285,62, já tendo sido antecipados juros sobre capital próprio em duas ocasiões (novembro e dezembro de 2009) no montante de R\$ 227.541.176,46, o que leva o total distribuído para R\$ 230.810.462,08.

O dividendo por ação correspondente ao total distribuído é: R\$ 0,70600 para as ações ordinárias, R\$ 0,77660 para as ações preferenciais "A" e R\$ 0,77660 para as ações preferenciais "B". O dividendo por ação do dividendo residual a ser aprovado na AGO, para pagamento em 2010, é de: R\$ 0,010 para as ações ordinárias e R\$ 0,011 para as ações preferenciais classe "A" e "B".

3. O dividendo distribuído se orienta pelo mínimo obrigatório. O percentual sobre o lucro líquido é de 27,05%, percentual este que é maior que os 25% devido ao pagamento de juros sobre capital próprio, que requer ajustamento para que o valor líquido de imposto de renda na fonte corresponda ao dividendo mínimo obrigatório.

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Valor bruto de R\$ 3.269.285,62, sendo R\$ 0,010 por ação ordinária e R\$ 0,011 por ação preferencial das classes "A" e "B".

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Será deliberado na AGO

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não haverá atualização e juros.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Data da realização da AGO

6. Declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Data de Pagamento	Dividendos/JCP	Montante Distribuído (R\$)
11/11/2009	JCP	35.296.024
10/3/2010	JCP	192.245.152

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

Data de Pagamento	Dividendo/Juros sobre Capital Próprio	ON (por ação)	PNA (por ação)	PNB (Por ação)	Lucro Líquido (Milhares Reais)
2007					
28/9/2007	JCP	0,26651	0,29316	0,29316	539.437
9/1/2008	JCP	0,22635	0,24899	0,24899	
9/1/2008	JCP (*)	0,2294	0,25087		
(*) pro-rata					
2008 - Não houve pagamento de dividendos/JCP					
2009					
11/11/2009	JCP	0,10796	0,11876	0,11876	853.315
10/3/2010	JCP	0,58804	0,64684	0,64684	
a definir	Dividendo (AGO)	0,010	0,011	0,011	

8. Destinação de lucros à reserva legal
- a. Montante destinado à reserva legal
R\$ 42.665.750,68
 - b. Forma de cálculo da reserva legal
5% do lucro líquido do exercício
9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos
- a. Forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:
A Companhia tem dividendo mínimo para as ações preferenciais classe "B" de 6% sobre o capital dessa classe de ações.
 - b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
O dividendo mínimo para as preferenciais classe "B" daria R\$ 0,46113 para ação, que se revelou inferior ao dividendo a que as preferenciais no geral fazem jus, ou seja, R\$ 0,77660 e, por isso, prevaleceu este último.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
Não
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
Não se aplica.
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Não se aplica.

10. Dividendo obrigatório

- a. Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto

	(R\$)
(a) Lucro líquido do exercício de 2009 (controladora)	853.315.013,61
<u>Menos:</u>	
(b) Dotação à Reserva legal	42.665.750,68
(c) Dotação à Reserva de Incentivos Fiscais	35.714.937,91
(d) Lucro líquido ajustado, básico para o cálculo ("a" menos "b" e "c")	774.934.325,02
(e) Dividendo mínimo obrigatório (25% de "d")	193.733,581,25
(f) Adição do imposto de renda na fonte incidente sobre as duas distribuições de juros sobre o capital próprio já pagas ou creditadas, em novembro e em dezembro de 2009, em vista do disposto na Deliberação CVM nº 207/96, que determina que os juros sobre o capital próprio somente podem ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório por seu valor líquido do imposto de renda na fonte	34.131.176,46
(g) Dividendo mínimo obrigatório considerando os juros sobre o capital próprio por seu valor bruto ("e" mais "f")	227.864.757,71

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não

11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não se aplica.

12. Destinação de resultado para reserva de contingências

Não

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias
- a. Cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:
Alínea “d” do artigo 31 do Estatuto Social.

 - b. Identificar o montante destinado à reserva

Reserva Especial para Aumento de Capital	R\$ 489.711.476,64
Reserva Estatutária Especial	R\$ 54.412.386,30

 - c. Montante foi calculado:
Lucro Líquido, menos reserva legal, menos reserva de incentivos fiscais, menos dividendos, sendo o saldo distribuído à razão 90% e 10%.

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital
Não

16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Montante destinado à reserva
R\$ 35.714.937,91

- b. Natureza da destinação

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal do imposto sobre a renda (não se estende à CSLL), consistente de redução de 75% (setenta e cinco por cento) no montante do imposto a pagar, tanto para a linha 1 de Mucuri, com base em projeto de modernização total, que findará em 2011 para celulose e 2012 para papel, quanto para a linha 2 também de Mucuri, com base em projeto de expansão, que findará em 2018.